



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

ACESSO ÀS FONTES PRIMÁRIAS : ANÁLISE E CATALOGAÇÃO DA
COLEÇÃO DE DOCUMENTOS MANUSCRITOS DE SÃO JOSÉ DE MIPIBÚ
– SÉCULO XIX AO XX (1930).

Armando Pinheiro de Araújo Junior

Natal/RN
2008.2



ARMANDO PINHEIRO DE ARAÚJO JUNIOR



ACESSO ÀS FONTES PRIMÁRIAS:
ANÁLISE E CATALOGAÇÃO DA COLEÇÃO DE DOCUMENTOS
MANUSCRITOS DE SÃO JOSÉ DE MIPIBÚ – SÉCULO XIX AO XX (1930).

Monografia apresentada à disciplina
Pesquisa Histórica II, sob a orientação da
Profª. Espec. Francisca Aurinete Girão
Barreto da Silva, para fins de conclusão do
curso de Bacharelado e Licenciatura em
História da Universidade Federal do Rio
Grande do Norte.

Natal/RN
2008.2

BANCA EXAMINADORA

ARMANDO PINHEIRO DE ARAÚJO JUNIOR

**ACESSO ÀS FONTES PRIMÁRIAS:
ANÁLISE E CATALOGAÇÃO DA COLEÇÃO DE DOCUMENTOS
MANUSCRITOS DE SÃO JOSÉ DE MIPIBÚ – SÉCULO XIX AO XX (1930).**

Em, ____/____/____

Francisca Aurinete Girão Barreto da Silva (Professora Orientadora)

(membro da banca)

(membro da banca)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

CAPÍTULO 1 – A HISTÓRIA E SEUS ELEMENTOS FORMADORES.	10
1.1 AS ISOMORFIAS	12
1.2 O ELO A TRÊS TERMOS	16
1.3 O EMPECILHO COMO MOTIVAÇÃO	17
1.4 A NOVA HISTÓRIA E ‘AS NOVAS FONTES’	18
1.5 DEFINIÇÕES SOBRE DEFINIÇÕES	20
1.6 O LABRE	22
CAPÍTULO 2 – O BRASIL, O RIO GRANDE DO NORTE E A CIDADE DE SÃO JOSÉ DE MIPIBU (SÉCULOS XVI – XIX).	23
2.1 ASPECTOS DO SISTEMA COLONIAL	24
2.2 AS ORDENS SOCIAIS	25
2.3 A CAPITANIA DO RIO GRANDE (DO NORTE) E A ALDEIA DE MOPEBU	27
2.4 A INVASÃO BATAVA	28
2.5 AS PRINCIPAIS LOCALIDADES E ASPECTOS ADMINISTRATIVOS	30
2.6 A VILA DE SÃO JOSÉ DE MIPIBU	32
2.7 CICLO DOS CAPUCHINHOS	33
2.8 A FORMAÇÃO DE UM MUNICÍPIO	34
2.9 AS DÉCADAS DE 1840 E 1850	35
2.10 A LEI DE TERRAS	37
2.11 OS ALBUQUERQUE MARANHÃO	38
2.12 A HISTORIOGRAFIA DE UMA CIDADE	39

CAPÍTULO 3 - A COLEÇÃO E SUAS POSSIBILIDADES	41
3.1 INDICÍOS PARA PESQUISA	41
3.2 O MATERIAL DIDÁTICO	42
3.3 O PERIGO DO POSITIVISMO	44
3.4 A EXPERIÊNCIA DE MARIA HELENA SIMÕES PAES EM SALA DE AULA	45
3.5 O USO POR GRADUANDOS E PESQUISADORES	46
3.6 O USO DE INVENTÁRIOS NOS DIVERSOS CAMPOS HISTORIOGRÁFICOS	48
3.7 FONTES PARA HISTÓRIA CULTURAL	48
3.8 FONTES PARA HISTÓRIA DAS CULTURAS MATERIAIS	49
3.9 FONTES PARA HISTÓRIA POLÍTICA	50
3.10 FONTES PARA HISTÓRIA ECONÔMICA	50
3.11 FONTES PARA MICRO – HISTÓRIA	53
CONCLUSÃO	54
FONTES	55
BIBLIOGRAFIA	56

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus primeiramente por tudo, principalmente pelas reviravoltas que este mero mortal teve nos últimos anos e aprendeu às duras penas a amadurecer. Mas dedico em especial a minha finada mãe, Dona Maria do Socorro. A ela que sempre segurou a minha onda em minha infância e adolescência tão doentias, minhas crises e depois meus porres e dores-de-cotovelo. A senhora que sempre quebrou minha empáfia mostrando do seu jeito como solucionar os problemas com calma. Pena que aprendi tarde demais. Mas guerreira que a Senhora sempre foi sabe que toda luta não foi em vão. Foi Deus que precisou da Senhora e sabes que não chorei.

É! Mãe, essa é pra Senhora!

Não posso deixar de agradecer ao meu pai, o Velho Armando (Vovô Velhinho). Por quantas já passamos nesses últimos anos, hein pai?

Agradeço à parelha, minha irmã Camila e meu irmão Wilson, por terem cuidado de mim quando eu sempre precisei. E, claro, aos meus cunhados: Joaquim e Diva, por terem carregado as respectivos malas. Agradeço a minha tia Maricéu, como dito, não foi em vão o esforço. Em saudades aos meus avós, em especial Dona Izidora que sei que está orando por nós. Deixo o meu muito obrigado aos meus padrinhos, tio Arnaud e Francisca, pois meu débito com vocês é infindo. Incluo à lista o amigo Lenilson pelas dicas sobre o curso.

Meu muito obrigado a Marcelo Feijó por ter me avisado antes de tudo e todos sobre eu ter passado no vestibular e as várias vezes que precisei de alguma documentação, eu calouro perdido, você me ajudou. Aos primos: João Cláudio, você mora no meu coração; Wagner Alan, apesar de não valer nada, mas eu gosto de ti; ao Hugo, não sei o porquê de agradecer a você, mas tento evitar ciúmes; e a minha adorada Denise, minha guia moral e espiritual. Agradeço a Batista e Cândida, Tia Lindóia e Lula pelas várias vezes que permitiram nos idos de 2003 esse intrusão à mesa de vocês.

Não deixo de dar o meu muito obrigado aos meus professores e amigos de pesquisa em especial agradecimentos: à nossa mãe, Professora Maria da Conceição Guilherme que me acolheu e o quanto ela me ensinou; à Professora Francisca Aurinete

cargo que ela exerce. À família LABRE: os 'infames' Wilton e Arthur; Flávia; aos pólos extremos do humor, Bruninha e Bel (não pude deixar escapar a piada). E, não por último, às doces Íris e Evanuncia, o que eu posso dizer de vocês? Eu as amo.

Apesar de todos os percalços, há sempre compensações a serem consideradas e é nos amigos que fiz que encontro esse equilíbrio. Começo obviamente com os dois membros mais sem futuro do 'Trio Patife', meus mais que irmãos, cúmplices e parafraseando Buarque, meus 'amigos de copo e de cruz', Fabiano e Ribamar, meu sucesso é de vocês. Em especial gratidão a Aldemir pela lembrança de meu nome e o que isso me proporcionou. À Aryana e à Marcela vocês também moram em meu coração. Aos meus amiguinhos e minhas amiguinhas que depois dos Encontros Nacionais ficaram às noites de vinho de quinta nas quintas: Michele; Robson; Inês; Aline Canjica; Dani Peito; Rinelton; Cícera Tamara; Vitória Mônica; Eliezer; Rodrigo; Cosme; Leda; João Ramon (por andas?); Aline Cecília e Yuri. Muita coisa a relembrar com essa 'corja'.

Não há como deixar de agradecer a lenda-viva que é o mestre Florizel. Você tem razão, somos vagabundos! Mas ficam desde já, meus votos de plena recuperação a ti, mestre.

Abro parênteses para Rodrigo Cão e Ângelo (outros extremos), afinal nunca devemos deixar de dizer obrigado a uma carona.

E, claro, ela, a minha maior amiga, não em tamanho mais em eterno afeto, Waltécia, por você e seu filho terem, mesmo que sem querer, proporcionado a oportunidade de conhecer Janaina, minha amiga, minha mulher, minha rainha, companheira, a salvação de minha vida. Como posso medir minha gratidão por ti, Jana, através de palavras? Se você me deu a minha maior riqueza, nosso filho!

Se antes eu dizia que não era Deus que acreditava em mim e não ao contrário. A chegada de nosso filho, Armando Joaquim, me abriu os olhos: eu na verdade não acreditava era em mim mesmo.

Mas uma vez agradeço a Ti, Meu Deus, por todas as reviravoltas.

Obrigado!

INTRODUÇÃO

O presente trabalho de conclusão de curso tem como meta expor o valor das fontes primárias, em especial documentos cartoriais, principalmente inventários e partilhas. Em foco, falaremos da Coleção de Documentos Cartoriais de São José de Mipibú – século XIX ao XX (1930) em arquivo e análise hoje no Laboratório de Restauração e Conservação de Livros e Documentos (LABRE), que faz do Departamento de História do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Organizado em três capítulos, o presente trabalho tem como objetivos demonstrar como ocorrera o nascimento da História até se formar como ciência além do conceito de documento como fonte de pesquisa e o potencial do acervo supracitado. Seguindo, temos a preocupação de situar as razões e os aspectos socioeconômicos que se formaram desde o Brasil Colônia e resultou a sociedade brasileira do século XIX, em especial a da Província do Rio Grande do Norte em loco a cidade de São José de Mipibú. Em término, temos como meta evidenciar o potencial destes documentos cartoriais para o uso como material didático em sala de aula, como possa também ser associado à aplicação prática e teórica de disciplinas da grade curricular do curso de História. Além de suas possibilidades para a produção historiográfica

No nosso primeiro capítulo valeremos da leitura obrigatória de Vavy Pacheco em *O que é História* nas determinações sobre as origens da História e sua distinção entre narração e ciência. Ainda nesse primeiro momento nos valem de Jacques Le Goff em *História e Memória*, que elucida tanto a origem etimológica da palavra História como os três últimos pontos formadores à ciência: memória, monumento e documento. A partir daí segue-se o que se chama de “revolução documental” até às divergências entre Positivistas e os *Annales*.

No segundo, temos a autora Maria Ligia Prado em evidência as divergências do Sistema Colonial das Américas Portuguesa e Espanhola mostradas em *A Formação das*

Nações Latino-americanas, além das obras *Raízes do Brasil* e *Casa-Grande e Senzala*, de Sérgio Buarque de Hollanda e Gilberto Freyre, respectivamente. Entremeando a História do Brasil com a História do Rio Grande do Norte, fizemos as leituras de autores como Marlene de Silva Mariz, Câmara Cascudo, Tavares de Lyra, Luiz Eduardo Suassuna, Sérgio Luiz Bezerra Trindade e Denise Mattos.

Ao terceiro capítulo abrimos a potencialidade do acervo cartorial de São José de Mipibú tanto como material didático para turmas de Ensino Fundamental II e Ensino Médio. Usamos para isso o exemplo da professora Maria Helena Simões Paes que em artigo de sua autoria narra a sua experiência em sala de aula com uso de documentos como ferramenta de ensino e o grato retorno que obtivera. Aliada a isso, foi feita também a leitura do professor de Prática de Ensino de História da Universidade Estadual de Ponta Grossa, Luis Fernando Cerri, onde no qual ele corrobora o quanto é imprescindível o acesso de alunos às fontes primárias (em especial textos antigos). Finalizando de vez este capítulo associamos o uso de inventários em diversos âmbitos da História, através das explicações de José D'Assunção Barros de como são esse aspectos historiográficos no livro *O Campo da História*.

CAPÍTULO 1 – A HISTÓRIA E SEUS ELEMENTOS FORMADORES

Na relação e estruturação do homem junto ao seu meio, podemos considerar dois fatores elementares como relevantes à dominação do habitat e superação frente às intempéries naturais: **a oralidade e o mítico**.

Além de serem considerados primários à seleção natural humana, a esses dois fatores podemos também atribuir à gênese da ‘história’¹ (antes mesmo de determinismos epistemológicos e das primeiras formações estatais).

Torna-se daí concebível que, em um sentido mesmo que prático e funcional, a História surgira como um ‘produto’ fruto das observações, dos aprendizados e suas transmissões. A cada geração inovando-se, “tirando proveito das experiências do passado”². É aceitável então, que a História alheia às afirmações mais contundentes, nascera não com a escrita (prática para um longo período pelo registro), mas sim com a oralidade, em um parâmetro mais imediato na transmissão de saberes numa equação decorrente a tempo, local e razões.

Segundo Maurice Halbwachs, os testemunhos têm a ambivalente função de fortalecer ou debilitar, além de servir como complemento àquilo que já sabemos sobre algum fato ou acontecimento, ainda que pormenores nos sejam ignorados³.

Atrelando tanto a oralidade e a iminência de manter-se vivo, o mítico mostra-se como outro ponto relevante ao gene da História com valor e referencial da ‘verdade’ sobre algo que não pudesse ser identificado ou medido numa forma coerente, sob pelo menos para nossa visão contemporânea de tempo e espaço⁴.

Continuando, sobre o mítico tem-se o ponto em comum entre mentalidades e imaginário dada à distinção, mesmo tênue, nas atitudes coletivas e modos de sentir comuns a todo um grupo social frente às imagens produzidas pelas sociedades em uma enumeração padronizada de representações, de elementos simbólicos e ícones que vêm interagir na

¹Nota: Daí à frente será usado, convenientemente, ‘história’ com ‘h’ minúsculo ou ‘História’ com ‘h’ maiúsculo para diferenciar a narração de fatos, acontecimentos ou particularidades relativas a um determinado assunto; da ciência e método que permitem adquirir e transmitir aqueles conhecimentos, respectivamente.

²BODEI, Remo – *A História tem um sentido?* Trad. de Reginaldo Di Piero. Bauru, SP: Edusc, 2001 p.32.

³Ibid.

⁴BORGES, V. *O que é História*. São Paulo: Brasiliense, 1987. p.12.

estratificação hierárquica e na divisão estamental das sociedades, tanto na política e na religião⁵.

Exemplo disso são as primeiras civilizações, principalmente as da região do Crescente Fértil que eram estruturadas sob governos monárquicos e estes por sua vez eram, aos olhos das minorias ou castas inferiores, as personificações de deuses, se não os representantes ou um afiliado a um panteão, originário por sua vez de lutas ou dilemas entre as próprias divindades primordiais. Nessas primeiras civilizações as histórias são envoltas em origens míticas descompromissadas para com um tempo real e sim de maneira circular em um retorno eterno.

De maneira geral a estas sociedades, o elemento mítico será então um referencial. Ele, o mito, será um precedente aplicável às situações práticas e concretas. As histórias para esses grupos sociais servirão como explicações de conteúdo religioso e político. E as suas fontes não fugirão deste teor se apresentando assertivas na forma de “inscrições, assim como os anais religiosos (listas de sacerdotes, cerimônias, religiosas, etc.)”⁶.

A civilização grega tem-se a inevitabilidade no tecer da transmissão oral e dos elementos míticos. Na “segunda fase principal da história do mundo”⁷ temos uma das mais fascinantes representações da sua própria sociedade, seus deuses e heróis refletem a mentalidade e as atitudes do povo grego e, por conseguinte como herdeiros, mesmo que em escala menor, a da civilização romana⁸. Evidencia-se o valor da mitologia e sua efervescência no mundo grego como ponto chave a consolidação dessas linhas de raciocínio.

Nas palavras de Moses I. Finley:

O mito era o grande mestre dos gregos em todas as questões do espírito. Com ele, aprendiam moralidade e conduta; as virtudes da nobreza e o inestimável significado ou ameaça da *hybris*⁹.

⁵ BARROS, J. D'Assunção. *O Campo da História*. Petrópolis: Vozes, 2004.

⁶ BORGES, V. *O que é História*. São Paulo: Brasiliense, 1987, p.14.

⁷ DRAY, William. *Filosofia da história*, Rio de Janeiro, Zahar, 1977, p.104.

⁸ KURY, Mário da Gama. *Dicionário de mitologia grega e romana*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1999. p. 5.

⁹ FINLEY, M. I. *Uso e abuso da história*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.p.13. Nota: Hybrys, personificação da arrogância e da insolência, e mãe de Coro, a saciedade.

1.1 AS ISOMORFIAS

O termo “história” em si ainda tem um sentido ambíguo ao designar tanto um acontecimento como a sua narrativa em si ou de um outro um acontecimento¹⁰. Derivando-se dos vocábulos ‘wid’, ‘weid’ (ver) de raiz indo-européia vai-se ao sânscrito e ao grego às designações respectivas ‘vettas’ e ‘histor’, ambas para ‘testemunha’. Engendra-se então, segundo o historiador Jacques Le Goff, a idéia de aquele que testemunha ou presencia, logo tem a essência do saber ou do conhecimento. Seguindo a terminologia e suas derivações, ‘historien’ (procurar saber, informar-se, inquirir), logo ‘historie’ (procurar).

Mesmo que na civilização grega do século V a.C. a História esteja mais atrelada a um sentido epistemológico do que científico, é nesse momento que estão os fundamentos da tradição histórica tal como é conhecida pela sociedade ocidental.

Com Heródoto de Halicarnasso (485-420 a.C.), ocorre o desvinculo entre a narrativa histórica e o mítico, iniciando uma demonstração de resultados investigativos. O termo ‘Historie’ em uma primeira instância a Heródoto, intitula os relatos das Guerras Médicas construindo um conhecimento fundado em depoimentos escritos e orais, que vêm reconstituir a seriação dos fatos e designando suas razões; cabendo então a qualificação de ‘investigação’.

De maneira denodada (em um sentido pioneiro), Heródoto demarca fundamentalmente uma consciência sobre as razões entre persas e gregos.

Ainda à pluralidade de significados denotada por Le Goff, nas variações e ramificações da língua românica ‘história’ tem de dois a três significados distintos:

1) esta ‘procura das ações realizadas pelos homens’ (Heródoto) que se esforça por se constituir em ciência, a ciência histórica; 2) o objeto de procura é o que os homens realizaram. Como diz Paul Veyne, ‘a história é quer uma série de acontecimentos, quer a narração desta série de acontecimentos’ [1968, p. 423]. Mas a história pode ter ainda um terceiro sentido, o de narração. Uma história é uma narração, verdadeira ou falsa, com base na ‘realidade histórica’ ou puramente imaginária – pode ser uma narração histórica ou uma fábula.¹¹

¹⁰ CAIRE-JABINET, Marie-Paule. Introdução à Historiografia. Bauru: EDUSC, 2003, p.11.

¹¹ LE GOFF, Jacques. História e memória. 4ª Edição. Tradução de Bernardo Leitão. Campinas: Ed Unicamp, 1990. p. 17-18.

Acrescentando e resumindo, Philippe Tétart: prevalece à compreensão de que o trabalho de um historiador está na necessidade do conhecimento sobre o outro, investigando, coligando informações e reunindo saberes. Aquilo que venha a se tornar conhecimento histórico será elevado a um patamar de reminiscência patrimonial e universal¹².

Dadas as considerações elencadas à oralidade e ao mítico, devemos considerar um ponto de congruência a estes dois fatores elementares: a **memória**. Se para a formação e prática da História, seja como pura narração e ou ciência, é preciso uma transmissão do que fora aprendido e até mesmo daquilo que seja determinado convenientemente como ‘verdade’, no que tange o mítico, chega-se ao consenso de que a memória é o ponto de partida para toda esta sistematização. Recaindo à memória, conforme Jacques Le Goff em *História e Memória*, “dois tipos de materiais: os **documentos e os monumentos**¹³”. Na percepção intrínseca dos respectivos termos segundo o autor estas nomenclaturas apresentam, a princípio, uma alternância.

Em uma acepção literal, ‘monumento’ terá a característica de legado à memória coletiva. Assim, a continuidade daquilo que vem representar o passado de forma material passa por um crivo ficando o que interessa àqueles que legislam as sociedades efetuando-se de maneira seletiva e interpretativa àqueles que têm à memória em sua análise uma ciência, a História.

Ainda, o termo ‘monumento’ designa-se em uma multiplicidade de significados seja como construtos comemorativos de personalidades ou acontecimentos relevantes e intencionais para um Estado ou sociedade. Segue-se a mais como característica de um monumento, o valor da perpetuação póstuma, uma vez que, é neste âmbito, o da morte, a memória é particularmente valorizada. Pois é no sentido de concretização de uma vida e ao seu legado aos que sucedem que encontramos nos testamentos e, por sua vez, nos inventários um reflexo, uma amostra, das sociedades em seus respectivos aspectos e características tanto ligadas aos valores materiais em suas minúcias quanto aos temores espirituais, ‘a salvação da alma’.

¹² TÉTART, Philippe. *Pequena História dos Historiadores*. Bauru: EDUSC, 2000.

¹³ LE GOFF, J. *História e Memória*. 4ª ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990, p.535.

Tais registros, independentes do recorte temporal e espacial, são fontes de imprescindível valor ao trabalho de pesquisa histórica servindo como acessos às sociedades em suas relações estabelecidas ao universo familiar e social. Contudo, caberão mais à frente considerações mais apropriadas e aprofundadas a estes respectivos pontos, que tangem a pós-morte e seus registros.

Continuando aos significados de um ‘monumento, este termo será designado à “grandes coleções de documentos”¹⁴ no decorrer do XIX. Daí, os exemplos dos ‘Monumenta Germinae histórica’ de 1826 para fontes do medievo alemão e os ‘Monumenta historiae patriae’ série de coleções editadas na Itália dez anos depois. Talvez nem tão coincidentemente assim os italianos vão de encontro ao exemplo alemão uma vez que a estas duas nações, a partir da segunda metade do XIX, entram em processo de formação de seus distintos territórios como pátrias e tais coleções validam tais intenções.

Numa Denis Fustel de Coulanges, destaque da historiografia francesa do século XIX, autor da obra *La Cité Antique* e, corrente à visão científica da época, explicitou:

Vós vos perguntareis então se seus sistemas foram engendrados pela leitura dos textos ou se, ao contrário, pelo sentimento inato anterior à leitura dos textos. Assim, enquanto os historiadores franceses abordavam essa história com seu espírito partidário, os alemães o faziam com amor à pátria e à sua raça, o que talvez seja melhor em termos morais, mas que altera a verdade. O patriotismo é uma virtude e a história é uma ciência; essas duas coisas não podem ser confundidas.” (prefácio à *Monarchie franque*, 1888, apud J. Ehrard e G. Palmade)¹⁵

Ao contrapor franceses e alemães talvez Coulanges faça alguma menção a autores como Leopold Von Ranke e Theodor Mommsen, fervorosos escritores germânicos fiéis à leitura documental e pretensões estatais, principalmente no que dizem respeito à unificação da Alemanha.

Da mesma forma que o termo ‘monumento’, ocorrerá também à terminologia ‘documento’ uma série de variações no decorrer do tempo para determinadas especificações tal como ‘prova’ e ou ‘papel justificativo’ nas esferas legislativa e policial respectivamente. Contudo, como frisa Le Goff, às historiografias institucionais européias ao longo do século

¹⁴ LE GOFF, J. *História e memória*. 3ª ed. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 1994, p.537.

¹⁵ CAIRE-JABINET, Marie-Paule. *Introdução à Historiografia*. Bauru: EDUSC, 2003, p.100.

XVIII apresentaram uma paridade entre monumentos e documentos, mesmo que estivessem em declínio e ascensão, respectivamente¹⁶.

No predomínio do pensamento positivista do século XIX e prólogo do XX o 'documento' fundamentará o que é fato histórico ainda que, como vem ratificar Jacque Le Goff, isso frutifique da escolha do historiador¹⁷, ele, o documento, será símile à "prova histórica". Nesse sentido e momento o documento será tal qual a um "testemunho escrito" sendo a força motriz da Escola Positivista equivalendo-se a texto. Tal qual o exemplo do historiador francês Numa Denis Fustel de Coulanges dado por Le Goff:

Leis, cartas, fórmulas, crônicas e histórias, é preciso ter lido todas estas categorias de documentos sem omitir uma única (...) várias opiniões modernas não se apóiam em documento; deveremos estar em condições de afirmar que não são conformes a nenhum texto, e por esta razão não nos cremos com o direito de aderir a elas. A leitura dos documentos não serviria, pois, para nada se fosse feita com idéias preconcebidas (...). A única habilidade (do historiador) consiste em tirar dos documentos tudo o que eles contêm. O melhor historiador é aquele que se mantém o mais próximo possível dos textos (COULANGES apud LE GOFF, 1994, p.536)¹⁸.

Nessa premissa, segundo Coulanges reflexivo a vigência científica frente às fontes documentais, compreende-se que o trabalho de um historiador segue à necessidade da fidelidade aos registros escritos sem haver espaço para uma visão parcial ou até mesmo subjetiva. Era corrente à perspectiva da História como ciência de observação metodológica e sujeição às fontes (documentos). Como já dito, a função imparcial do historiador¹⁹.

Porém, até certo ponto concordava o pesquisador francês à visão acadêmica da época. Ao questionar essa constância que limitava não só termo em si, mas seu potencial e, por conseguinte, a produção da História:

Onde faltam os monumentos escritos, deve a história demandar às línguas mortas os seus segredos... deve escutar as fábulas, os mitos, os sonhos da imaginação... Onde o homem passou, onde deixou qualquer marca de sua vida e da sua inteligência aí está a história (COULANGES apud LE GOFF, 1994, p.536)²⁰.

¹⁶ LE GOFF, J. *História e Memória*. 3ª ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994, p.539.

¹⁷ Ibid p.536.

¹⁸ Ibid.

¹⁹ TÉTART, Philippe. *Pequena História dos Historiadores*. Bauru: EDUSC, 2000, p. 94.

²⁰ LE GOFF, J. *História e Memória*. 3ª ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994, p.539.



Há então uma argumentação mais aberta que, mesmo ainda sob um pensamento positivista e todo o cientificismo da época, põe em xeque até mesmo a designação criada em 1851, por Daniel Wilson, dada ao período antecessor à escrita, a Pré-história. A declaração ia de encontro à proposta inovadora da revista *Annales d'histoire économique et sociale* (1929). Assim, o documento (independentemente da sua aplicação e apresentação) será ainda de qualquer forma o ponto em comum entre as Escolas Historiográficas.

1.2 O ELO A TRÊS TERMOS

No emaranhado de definições e aplicações de 'monumento' e 'documento' como elementos participativos e inter-relacionados à memória ao decorrer dos séculos e sociedades, podemos inseri-los a um conjunto generalizador a estes três termos: o Patrimônio Cultural.

Dentro da divisão alvitada pelo professor da United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO), o professor francês Hugues Varine Boham, subentende-se a idéia de 'monumento' no terceiro e mais importante grupo do que vem a ser um Patrimônio Cultural. Pois, a esta terça parte aglomeram-se os "bens culturais que englobam toda sorte de coisas, objetos, artefatos e construções obtidas a partir do meio ambiente e do saber fazer²¹". A definição translata ou subentendida de 'monumento' faz-se neste terceiro conjunto de maneira correlata a todos os elementos indicados.

A partir daí, talvez, seguindo então as denominações e usos das palavras, o 'monumento' no meandro do conjunto maior que é Patrimônio Cultural encontra-se equivalente a 'artefato', que por sua vez, será reflexivo ao ponto de partida da construção historiográfica elemento coirmão à memória, o 'documento'.

Sob a égide teórica da chamada Nova História o 'documento' receberá uma amplitude conceitual quase que total em uma aplicação talvez apropriadamente técnica ou acadêmica à História como ciência. Nessa magnitude da expressão ele, o documento, versará como **FONTES** que se apresenta simetricamente à evidência e acesso da **pesquisa histórica**. Que sob a análise de José Honório Rodrigues, 'pesquisa histórica' é:

²¹ LEMOS, Carlos A.C. *O que é patrimônio Histórico*. São Paulo: Brasiliense, 1998 p.10.

Descoberta cuidadosa, exaustiva e diligente dos novos fatos históricos, busca crítica que prove a existência dos mesmos, permita sua incorporação ao escrito histórico ou a revisão e interpretação nova da História²².

Diante de tal assertiva, retornarmos com facilidade a Heródoto ('História' = 'investigação') e, por conseguinte, parafraseamos Samaran: sem documentos, sem história.

Se, como enuncia Boham, o que é produzido a partir do meio ambiente e da experiência em prática a exemplo dos 'artefatos' é Patrimônio Cultural chega-se então ao consenso que é no 'artefato' onde há a coesão documento - monumento. Para enveredar pelo o que vem a ser 'artefato' de maneira concisa temos a explicação de Carlos A.C. Lemos :

Artefato talvez devesse ser a única (palavra) a ser empregada no caso, tanto designando um machado de pedra polida como um foguete interplanetário ou uma igreja ou a própria cidade em volta dessa igreja²³.

A junção 'documento – monumento' sob uma forma mais concreta, talvez se não mais prática, por assim dizer, encontra-se fisicamente como registros de títulos ou antiguidades de uma corporação, convento ou igreja; ou na forma de inventários. Melhor especificando o termo, os cartulários.

1.3 O EMPECILHO COMO MOTIVAÇÃO

A partir dos *Annales d'histoire économique et sociale*, a restrição ao documento ser igual a texto não só vem a cair, como também se torna um dilema. Pois agora, se para o historiador lhe faltar fontes como registro, independentes da interpretação e da nomenclatura, ele valer-se-á daquilo que tem em mãos como indício. Chega-se a conjectura de tudo que é produzido pelo homem torna-se elemento gerador de história.

Ainda que, a priori, a memória coletiva ainda fale em mesmo tom à relação documento e texto, mesmo com a irrestrrição do que se materializa como um documento (fonte histórica) tem-se, por subsecutivo, uma infinita variedade opcional para formações historiográficas.

²² RODRIGUES, José H. *A Pesquisa Histórica no Brasil*. 3 ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional/MEC, 1978, p. 21.

²³ LEMOS, Carlos A.C. *O que é patrimônio Histórico*. São Paulo: Brasiliense, 1998. p.10.

É o que evidencia Le Goff ao proclamar a ‘revolução documental’. Com característica “quantitativa e qualitativa” esta ‘revolução’ é propícia e inovadora a unidade informativa. Condutora ao acontecimento e a uma linearidade histórica, a uma progressão de memória, ela, a revolução documental, vem privilegiar o dado. Enaltecendo a memória coletiva e transformando-a em patrimônio cultural.

O documento torna-se então um elemento digitalizado em bancos de dados, e estes, de acordo com o autor vem exigir uma “nova erudição” correspondente ao advento tecnológico da informática e “à crítica da sua crescente influência sobre a memória coletiva²⁴”.

Ainda seguindo o autor supracitado, o documento é uma ‘mentira’ no sentido de não existir uma ‘verdade’ absoluta, limítrofe e superior às fontes primárias. E, por isso, é que, seguindo a premissa do autor não cabe ao historiador a ingenuidade. A tarefa dele encontra-se na função de tomar decisões sobre a ‘veracidade’ das fontes sob análises apropriadas. Conforme Le Goff:

Mais ainda do que estes múltiplos modos de abordar um documento, para que ele possa contribuir para uma história total, importa não isolar os documentos do conjunto de monumentos de que fazem parte. Sem subestimar o texto que exprime a superioridade, não do seu testemunho, mas do ambiente que o produziu, monopolizando um instrumento cultural de grande porte²⁵.

Desta maneira, os documentos mostram-se não como acessos ou passagens explícitas entre aqueles que lêem e o tempo e espaço que jaz no objeto de pesquisa, pois sofrem as devidas interpelações, questões convenientes, interpretações, ópticas subjetivas que vêm constituir a pesquisa histórica.

1.4 A NOVA HISTÓRIA E ‘AS NOVAS FONTES’

Quando antes, a obsessão dos historiadores do século XIX, como demarca Marie-Paule Caire-Jabinet, se fazia na relação da História com os aspectos da Escola Positivista onde a narrativa desenvolvia-se pela reconstituição do ocorrido em fatos enumerados e o

²⁴LE GOFF, J. *História e Memória*. 3ª ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994.p.548.

²⁵*Ibid.*

documento se apresentava como base efetiva e inquestionável para a constituição historiográfica, principalmente, às identidades nacionais.

A partir da segunda metade do século XX, a História é o reflexo do novo mundo que advém com o pós- 2ª Guerra Mundial. Citando Burke, “mais ou menos na última geração, o universo dos historiadores se expandiu a uma velocidade vertiginosa²⁶”. Já explicitado anteriormente, a desproporção que toma o termo ‘documento’ como fonte uma vez que se desarraiga da fidelidade do registro textualizado torna-se também, a certa altura, um problema. Esses novos elementos geradores de História vêm necessitar, como ressalta Burke, de uma percepção crítica também inovadora e, conseqüentemente, de uma nova metodologia.

Tal “reação deliberada contra o ‘paradigma’ tradicional²⁷”, nascera da audaciosa proposta de uma historiografia total vindoura com os *Annales*. Há a partir daí uma abertura e amplitude de percepções favorecidas pelas problemáticas indicadas por ciências como a sociologia e geografia. Porém essa nova exterioridade da História reflete não apenas uma tendência ousada somente. Esse advento antecede-se em questionamentos disseminados nas décadas anteriores como uma pergunta maior ou contra-resposta ao positivismo e sua predominância no XIX.

Contrapondo os modelos historiográficos, Positivista e Nova História, Peter Burke analisa que a história rankeana, enfática aos documentos vem pecar à negligência, deixando de fora outras evidências ocasionando uma omissão ao período que fora denominado pejorativamente de Pré-História. O que denota e fundamenta o registro escrito como correspondente direto à produção histórica tão valorizada na visão positivista.

Ainda sobre tal contraposição, Peter Burke dá destaque à história vista de baixo, aquela que não é oficial, a não contada pelos excluídos (a dos hereges e dos rebeldes, como exemplifica o autor²⁸). Tal perspectiva dá as delimitações dos documentos que precisam por sua vez “ser suplementados por outros tipos de fonte²⁹”.

Nesse parâmetro talvez o Positivismo se mostrasse alheio à efervescência social que ocorria em plena Europa do XIX. Essa efervescência era a tônica das ideologias sociais e

²⁶ BURKE, P. (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo:UNESP, 1992. p.6

²⁷ Ibid p.10

²⁸ BURKE, P. (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo:UNESP, 1992. p. 13.

²⁹ Ibid.

políticas principalmente aquelas no tocante das relações do proletariado e burguesia industrial.

Contudo não há um total desmerecimento para com a Escola Positivista, tal quais os humanistas para o medievo. Não há como obliterar e nem razão para isso. Devemos assentir que o 'antigo paradigma' é de tamanho valor aos atuais pesquisadores e produtores de História. Ora, pois, tem-se na metodologia positivista um referencial a não ser totalmente execrado, mas considerado e visto por olhos que devem fugir aos convencionalismos radicais e anacronismos. Há de se considerar, como o próprio Burke ressalta, o tratamento e preocupação por parte dos positivistas em relação ao fluxo temporal.

Convergida para uma ciência de caráter globalizante estrutural, a História tem em sua atual vertente (Nova História) uma abordagem mais social e coletiva, ao contrário da historiografia positivista que enaltece os fatos patrióticos e seus heróis numa cadência de fatos e acontecimentos narrativos. A Nova História enfoca, em seu caráter de 'História – problema', entre outras histórias, aquelas não contadas³⁰. Contudo, tem-se, além dos problemas de explicação e síntese, a própria interdisciplinaridade como um fator de obstância. Decorrente da amplitude do sentido de um documento como fonte geradora de História assim como a explicação estrutural, a interdisciplinaridade torna-se, muitas vezes, um entrave àquela que é uma das funções básicas do historiador: enumeração ou demarcação do tempo e seus acontecimentos. Em certo ponto a superabundância de fontes vem ser a razão para essa descentralização de objetividade, como já fora citado.

1.5 DEFINIÇÕES SOBRE DEFINIÇÕES

Até aqui discorremos sobre a evolução da História desde seu uso prático até o desenvolver-se como ciência, passando pela sua atribuição e correlação as 'veridicidades' como à coligação de valores religiosos, políticos e sociais até chegar ao que podemos chamar de um choque de metodologias, em função a Escola Positivista e a Nova História. Nessa tentativa de estruturar uma história da História destacamos pontos relevantes a sua própria formação: oralidade, mítico, 'verdade', testemunho, memória, monumento e documento. Cada ponto apresenta uma outra série de terminologias e variantes como a própria 'História' tem em si.

³⁰ CARDOSO, Ciro F.S. *Uma Introdução à História*. 4ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1984, p.109.

E nessa confluência de sentidos, aplicações e significados a fonte se faz, explicitamente ou não, pertinente até mais do que o próprio termo 'documento'. Afinal, na ousada e arriscada pretensão dos *Annales* a uma 'História Total' mesmo que ainda distante como reflete Burke ao citar Braudel³¹; as mentalidades vêm como um ponto dissonante frente à fidelidade Positivista.

Ainda assim, o autor Peter Burke denota que:

De forma bastante irônica, a história da cultura material, área que tem atraído grande interesse nos últimos anos, é baseada menos no estudo dos artefatos em si, do que nas fontes literárias³².

Logo, chegamos ao entendimento de que sobre a imensurável proporção do que vem a ser uma fonte. Mesmo os 'novos historiadores' apreciam mais aquelas fontes que se apresentam como legíveis registros documentais. Podemos atribuir a um tipo próprio de fonte o acúmulo em si dos pontos relevantes e característicos à evolução da História, principalmente no que tange à idéia de memória, a monumento e ao documento; estamos nos referindo aos inventários.

Tentamos então elucidar o que vem a ser um inventário:

INVENTÁRIO DE BENS - Procedimento especial de natureza civil, destinado a relacionar, avaliar, e partilhar bens de pessoas falecidas entre seus herdeiros e legatários³³.

Inseridos na idéia de cartulário os inventários são dessa forma como todo o conjunto que determina um elemento de um acervo ou arquivo cartorial fonte preciosa e nítida, mas nem por isso fidedigna obrigatoriamente, à pesquisa histórica. Refletindo aspectos sociais, hábitos, credices, valores materiais e estatísticos, entre outras características e fatores de uma sociedade em um determinado recorte espaço-tempo.

Talvez de maneira mais concisa um inventário também é:

Documentação seriada que se caracteriza pela riqueza de dados com potencialidades dos elementos contábeis neles presentes³⁴.

³¹ BURKE, P. (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992. p.37.

³² Ibid p.29.

³³ ACQUAVIVA, Marcus Cláudio, *Dicionário básico de Direito Acquaviva*. 4ª Ed. atual., rev. e ampl. São Paulo: Editora Jurídica Brasileira, 2001. p. 198

1.6 O LABRE

Nada mais aceitável que, ao nos referirmos sobre coleções cartoriais, já em um acervo maior, haja a preocupação da manutenção e recuperação destas e, por conseguinte, a concepção da História de uma nação, de um Estado ou de uma cidade através da construção de um banco de dados à memória coletiva.

Notabilizamos então, as atividades exercidas pelo o Laboratório de Restauração e Conservação de Livros e Documentos (a partir daqui abreviado: LABRE), pertencente ao Departamento de História do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, onde atuam professores, funcionários e estudantes do Curso de História, e tendo em seu objeto de trabalho a prestação de serviços especializados aos Arquivos e Bibliotecas públicas do Estado do Rio Grande do Norte. Entre os projetos desenvolvidos junto ao LABRE ressalta-se o que trata da **Análise e catalogação da coleção de documentos manuscritos de São José de Mipibú – séculos XIX ao XX (1930)**. Esse projeto, vinculado a Pró-Reitoria de Graduação, que tem como intento a criação de um banco de dados a partir do acervo que é a Coleção de Documentos Cartoriais de São José de Mipibú – século XIX ao XX (1930), acervo este composto por 70 caixas-arquivo distribuídas na seguinte ordem de documentação: Inventários e Partilhas, Autos de Crimes, Ações Cíveis, Licenças para Casamentos e Livros de Notas, apresentando assim uma qualidade considerável de fontes primárias a disposição dos pesquisadores da História do Rio Grande do Norte. Vale ressaltar que no mesmo laboratório encontra-se toda coleção.

³⁴ COSTA, Janny Cibelly Silva. *Os inventários para a pesquisa Histórica*. Dez. ,2003. Monografia (Curso de Licenciatura e Bacharelado em História) – UFRN, Natal.

CAPÍTULO 2 – O BRASIL, O RIO GRANDE DO NORTE E CIDADE DE SÃO JOSÉ DE MIPIBU (SÉCULOS XVI – XIX).

2.1 ASPECTOS DO SISTEMA COLONIAL

Conforme a historiadora e autora Maria Ligia Prado, o sistema colonial aplicado ao Brasil fora controverso se comparado às demais colônias latino-americanas. A produção açucareira no decorrer dos séculos XVI a XVIII, não era comparada a importância da mineração exercida em regiões da América Espanhola.

Os dominadores hispânicos em suas colônias determinavam os dois extremos aos nativos americanos: a morte ou salvação (lê-se catequização) em custo da mão-de-obra ou das riquezas minerais.

Até aí nada tão diferente da América Portuguesa. Contudo o rigor da evangelização não falou tão alto no Brasil.

Enquanto nos domínios espanhóis foi adicionada uma instituição colonial mais portentosa e mais estruturada em função das descobertas mais precoces e opulentas das jazidas de metais e pedras preciosas. O que, por lógica, tornara a Espanha uma nação ainda mais poderosa que Portugal.

Ainda sobre o que enuncia Maria Ligia Prado ao sistema colonial português é evidenciado uma excessiva centralização administrativa à Coroa Lusitana. O que fazia era mostrar-se ao mesmo tempo um rigoroso organismo burocrático e ineficiente. Nessa concentração de poder, mesmo que falha, a Coroa Portuguesa soube circundar os seus interesses, até mesmo no quesito religioso.

Ficava ao cargo do Conselho Ultramarino a supervisão das Capitanias Hereditárias ao passo que os assuntos clericais ficavam sob a responsabilidade da Mesa de Consciência e Ordens, e ao Desembargo do Paço havia o interesse de uma seleção social ou uma “pureza do

sangue”, onde, conforme explica Maria Ligia Prado, “para ser puro, não podia o sangue ser judeu, mouro ou negro³⁵”.

Como já dito, o status social na colônia era mantido por aqueles que detinham o poder sobre terras e assim voz política. Entre os díspares dos sistemas coloniais lusitano e o hispânico, a propriedade da terra era no Brasil Colonial a garantia de poder participativo na sociedade. Por sua vez na América Espanhola, por exemplo, a Igreja mexicana detinha grandes propriedades. Segundo dados mostrados por Maria Ligia Prado, metade dos clérigos de todas as colônias espanholas do Novo Mundo estava na Cidade do México onde, o total de 3.387 moradias em fins do século XVIII, 1.935 pertenciam à instituição Católica³⁶.

2.2 AS ORDENS SOCIAIS

É interessante frisar que ao contrário das Monarquias Nacionais Modernas onde a figura absoluta do rei era convenientemente associada aos burgueses e às vertentes Protestantes; em Portugal a fé católica e as atividades econômicas do Estado e da burguesia agiram de maneira conjunta. Desde o medievo a até a expansão marítima essa ação conjunta refletiu no sistema colonizador português. Como afirma Laura de Mello e Souza:

A fé não se apresentava isolada da empresa ultramarina: propagava-se a fé, mas colonizava-se também³⁷.

Talvez não fosse de maneira direta a influência da Igreja sobre o colonialismo português, mas era sim uma parceria entre os dois estados (clero e nobreza), isso se não considerarmos os representantes da burguesia que apoiava a dinastia de Avis. Parceria esta, conveniente e bem dividida a cada parte.

A burguesia engrandecida e cortesã refletia um aspecto talvez não tão considerado como um dos resgates da Idade Moderna ao mundo Greco-Romano, a vontade de se tornar uma aristocracia. A burguesia, nesse ponto não só especificamente a lusitana como as demais, fará se conduzir a mais pura qualidade de uma conduta nobre, no sentido amplo da palavra

³⁵ PRADO, Maria Ligia. *A Formação das Nações Latino-americanas*. 2ª edição. São Paulo: Atual; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1986. p.17

³⁶ Ibid.

³⁷ SOUZA, Laura de Mello e. *O diabo e a terra de Santa Cruz*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986. p. 33.

virtuosa. Ela, a classe burguesa, pretenderá a partir daí emergir, tais quais os 'aristoi' da Grécia Antiga que se designavam a um atributo de um estamento ou casta superior pretensiosa de uma descendência divina. Onde a arete (virtude) era então a norteadora associada às noções de honra e grandes feitos, uma qualidade inerente aos heróis dos poemas homéricos e espelhado numa minoria que se distingue dos homens comuns.

Nem tão pretensiosos assim os representantes da classe comercial em ascensão fizeram apenas resgatar uma precursora linha genealógica ou apenas criá-la no passado ou no presente, para enaltecer-se e incluir-se nas Cortes. Há ainda que considerar que em Portugal havia homens de 'linhagem' em todas as profissões, essa pouca ou rasa distância era comprovada na instituição do amádgio, na qual os nobres davam a educar seus filhos aos vilãos, e esses por sua vez desfrutavam de alguns privilégios e isenções. Ocorrerá com a ascensão da burguesia portuguesa uma singular mudança mantendo antigas tradições aristocráticas, como seu comportamento.

Uma vez que fora cedida pela Santa Sé à Coroa Portuguesa o Padroado, que concedia ao rei de Portugal a intervenção nas ações clericais, como nomear membros do clero e determinar as instalações das paróquias. Tal intervenção estendia-se a arrecadação do dízimo onde o rei fazia às vezes da Igreja, contanto que realizasse as devidas obras institucionais e garantisse a estabilidade dos representantes clericais assim como recebimento das suas respectivas pensões, as cõngruas.

Ainda que distante tanto em tempo e espaço ao se referir ao medievo é válido lembrar que as características da sociedade feudal não se desfaleceram por todo nos séculos a partir do XV, pelo contrário, ainda mais nas colônias do Novo Mundo.

A supremacia do proprietário de terras como gerador de clientelismo aos menos favorecidos, a distinção social e racial, os ditames por parte da nobreza e, claro, a influência na mentalidade das camadas mais populares como também das mais ricas por parte do clero; são características pertinentes a uma sociedade fechada em si em um âmbito ruralizado que se mostra no sistema socioeconômico que é o feudalismo.

E que se torna evidente e comparável na sociedade colonial brasileira. Ainda que, mais a frente, as idéias ilustradas viessem aqui influenciar as revoltas nativistas e, obviamente, as emancipacionistas, essas idéias falaram aos interesses dos mais abastados.

Indiferentemente, as oligarquias no Brasil têm sua base à propriedade da terra desde os 1500, citando Freyre:

No Brasil, a catedral ou a igreja, mais poderosa que o próprio rei seria substituída pela casa-grande de engenho. Nossa formação social tanto quanto a portuguesa, fez-se pela solidariedade de ideal ou fé religiosa, que nos supriu a lassidão de nexos político ou de mística ou consciência de raça. Mas a igreja que age na formação brasileira, articulando-a, não é a catedral com seu bispo a que se vão queixar os desenganados da justiça secular; nem a igreja isolada e só, ou de mosteiro ou abadia, onde se vão acoitar criminosos e prover-se de pão e restos de comida. Não chega a haver clericalismo no Brasil. Esboçou-se o dos padres da Companhia para esvair-se logo, vencido pelo oligarquismo e pelo nepotismo dos grandes senhores de terras e de escravos³⁸.

A cultura latina é impregnada com a conformidade do laboratorial, da culpa cristã e do compromisso com o outrem (ainda mais se tratar de um patrão e ou credor). Esse amplo endividamento leva a uma conduta pública e de bem comum que conduz por sua vez a uma preocupação e a salvação pós-morte. Este parágrafo está muito confuso no início!

A essa linha de pensamento e comportamento moral não deixa de se apresentar um sistema de direito consuetudinário que não desaparecerá ao universo do homem colonial latino. Subentendido a todos aqueles que constituíam a sociedade (excetuando os escravos, índio ou africano, que, claro, 'aprendiam' às duras penas os mandos sociais).

Contudo, o homem livre que não tivesse posse, independente de que lado da linha do tratado assinado em Tordesilhas ele estivesse, esse homem seria fruto de uma adequação. Fatores naturais como as extensões do novo e inexplorado território e sua qualidade inóspita, somam-se em determinantes desfavoráveis a uma implantação da cultura propriamente européia.

Dessa maneira somos elementos típicos, natos de um somatório particular, uma vez que Portugal e Espanha foram de certa maneira, à margem da cultura européia propriamente dita. Talvez pela a miscibilidade, mobilidade e aclimatabilidade enunciada por Gilberto Freyre em *Casa-Grande e Senzala*³⁹ que favoreceu os ibéricos mais aptos dos que nórdicos ou

³⁸ FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e Senzala*. 21ª edição. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1981 p.195.

³⁹ FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e Senzala*. 21ª edição. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1981. p.9.

qualquer outro europeu às terras americanas. Contudo, o clima sempre fora um óbice a ser considerado, ainda ser superado e adaptado.

Essa condição torna-se dúbia, pois se do outro lado do Atlântico há a metrópole distante, mas que lhe dita regras e exige uma série de condutas, na colônia há uma liberdade, tolhida pela necessidade de sobrevivência e de sobressair sendo dono de sua riqueza e seu chão.

Afinal, como explica Sérgio Buarque de Hollanda, o homem ibérico mostra seu valor em sua autonomia, em seu orgulho, não dependendo dos demais e, logo, cada um é dono de si mesmo, de seu suor e de suas virtudes⁴⁰. Sendo aí um ponto comum ao aventureiro português e o espanhol ladrilhador.

O burguês lusitano conseguira ascender facilmente o que lhe acarretou ares e atitudes da nobreza, conveniente como deve ser a recepção de um comerciante aos seus clientes de maneira amistosa, cidadão, obsequioso. Porém não se pressupõe bondade, mas apenas comportamentos de afetiva aparência, não sendo necessariamente ou obrigatoriamente sinceras⁴¹.

Esse ‘homem cordial’, na concepção de Sérgio Buarque de Hollanda em *Raízes do Brasil*, é fruto da política de feitoria, que por sua vez, foi semeadora de cidades irregulares, nascidas ao deus-dará⁴².

2.3 A CAPITANIA DO RIO GRANDE (DO NORTE) E A ALDEIA DE MOPEBU.

Retrospectivamente, levava um pouco mais de sessenta anos para se dar como efetiva a instalação lusa na Capitania do Rio Grande, tendo em conta o sistema das Capitanias Hereditárias, a partir de 1532, instituído pelo rei Dom João III até à supressão da ação invasora dos piratas franceses aliados aos nativos do litoral, os potiguares.

Tal sistema se mostrava na urgência de afirmar o chamado ‘Uti – possidetis’ (utilidade da posse) ao que se tratava o Brasil tão contestado pelas demais cortes européias. Desta feita, coube a conveniente estratégia de povoação do litoral ligado às determinações da Coroa Portuguesa para implantação da cultura canavieira ao longo do costa do Brasil, principalmente

⁴⁰ HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. 32.

⁴¹ Ibid.p.36-37.

⁴² Ibid.p. 95

da atual região nordeste, propícia pelas condições naturais à implantação de tal cultura e sua posição estratégica e geográfica. Porém a economia açucareira não obtivera o êxito desejado na Capitania do Rio Grande (do Norte), sendo apenas efetiva pelo quadrante do sul da mesma.

Nas primeiras três décadas dos seiscentos a Capitania do Rio Grande encontrava-se em crescimento lento tanto populacional como no domínio agrícola por parte dos colonizadores. Segundo Marlene de Silva Mariz, as famílias eram na maioria indígenas, frente aos poucos portugueses, em boa parte militares e suas famílias, que chegavam a uma estimativa de oitenta pessoas ao redor da Fortaleza dos Reis Magos. A essa altura a colonização do litoral seguia progressiva, mesmo que lenta, e em paz com potiguares. Assim, outros grupos de colonizadores seguiam a povoação em direção da costa sul em função da cultura da cana-de-açúcar: Aldeia de Mopebu – Vila de São José do Rio Grande; Vila Imperial de Papary (Nísia Floresta); Arês; Goianinha; Vila Flor. Segundo ainda a autora, junto a Natal outras eram as localidades populosas como o Engenho Cunhaú (Canguaretama) e o engenho Utinga ou Potengi (Macaíba), onde fora construído o solar do Ferreiro Torto. No mesmo compasso fez-se a povoação da região agreste e do sertão.⁴³

2.4 A INVASÃO BATAVA

Os holandeses eram os financiadores dos portugueses na empresa de colonização do Brasil e da instalação da cultura canavieira, tinham como garantia para tal investimento o monopólio do comércio do açúcar no Velho Mundo. Contudo, a partir de 1580, após a morte do rei luso D. Manuel, Filipe II monarca da Espanha evocou o direito de sucessão e, por conseguinte, reuniu os tronos português e hispânico, instituindo assim a designada União Ibérica. Os domínios que outrora eram de Portugal agora pertenciam à Espanha, incluindo o Brasil.

Uma vez que as animosidades entre holandeses e hispânicos eram pertinentes desde a independência flamenga, Filipe II vetou o tráfego de navios holandeses em portos da União. Tal medida, claro, ocasionou um grande prejuízo aos cofres holandeses da Western Idians Company (Companhia das Índias Ocidentais). Nesse sentido, em 1624 a invasão holandesa ocorrera inicialmente na Bahia onde não logrou o devido sucesso, sendo expulsos depois de



⁴³ MARIZ, Marlene de Silva. *O Rio Grande do Norte e o descobrimento do Brasil*. In: *Terra potiguar: uma viagem pela beleza e pela cultura do Rio Grande do Norte*. Barcelona: Bustamante, 1999, p. 40-65.

um ano. Já em 1630 os holandeses tomaram Pernambuco de onde partiram para o restante do nordeste à região norte.

Anteriormente a invasão efetiva a Capitania do Rio Grande, as forças holandesas fizeram quatro incursões de reconhecimento. Destaca-se a terceira incursão quando, em 1630, os holandeses sob comando de Adriano Verdonk, vindos por Cunhaú avançaram pela Aldeia de Aldeia de Mopebu. Tal expedição tinha como meta reconhecer o território.

A estratégia usada para a invasão consistiu em, primeiro, obter informações sobre o poder de força lusa na capitania e, segundo, fazer o reconhecimento do litoral potiguar e depois buscar articulações com os índios.

Ocorrendo o desembarque invasor em 08 de dezembro de 1633 no que alguns autores asseveram ter sido em Ponta Negra. Separaram-se em dois contingentes, seguindo um pelo mar, outro por terra, atravessando as dunas até chegar a Natal. À tropa conduzida por terra dividiu-se ficando uma parte na cidade e outra se ajuntando a que vinha pela costa e que cercara o Forte dos Reis Magos. Como narra Câmara Cascudo:

No dia 11 três baterias abriram fogo simultaneamente. Um bombardeiro atirava granadas. Toda a noite passaram dando tiros de assustamento e gritando junto às muralhas, defendidas a tiros de mosquetes⁴⁴.

Na manhã seguinte a vitória era dos invasores tomando o forte e a sua resistência. Os holandeses não ampliaram tanto ao sertão sendo mais contidos ao litoral e o agreste. Ainda assim, a definitiva conquista dos invasores holandeses sobre o Rio Grande se deu com o apoio da nação indígena Cariri. Apesar dos ataques as localidades litorâneas e sítios e engenhos durante a presença holandesa no Rio Grande (1633 – 1654), a Mopebu não sofrera com os entreveros de tal ocupação, a exemplo dos massacres de Cunhaú, Uruaçu e Ferreiro Torto em 1637.

A Aldeia de Mopebu em fins de 1640 já ocupava a posição de destaque entre as demais do Rio Grande com cerca de 220 habitantes sob a ação da ordem jesuítica.

Com a assinatura do acordo da Campina do Taborda (1654), em Recife, deu-se efetiva a saída dos batavos do nordeste do Brasil. Com a expansão para região centro-meridional

⁴⁴ CASCUDO, Luís da Câmara. *História do Rio Grande do Norte*. 2ª edição. Natal: Fundação José Augusto; Rio de Janeiro: Achiamé, 1984.p.64.

conhecida como o Sertão do Seridó, a partir da década de 1680, à época pertencente à Freguesia da Gloriosa Senhora Santa Ana do Seridó iniciou-se o massacre conhecido como Guerra dos Bárbaros, resistência indígena ao avanço colonizador no desbravamento do sertão e para a instalação da atividade pecuária, atividade subsidiária ao sistema implantado no litoral. Sendo armados pelos antes invasores holandeses, os tapuias seguiam a ação dos tais europeus e passando a atacar as fazendas, incendiando e roubando reses.

Em detrimento aos índios a expansão colonizadora ceifou em aproximadamente 50 anos toda cultura nativa do interior do Rio Grande. Segundo Tavares de Lyra:

Os potiguares se encontravam nas várzeas próximas ao litoral e as demais tribos dominavam, entre outras, as terras banhadas pelo Apodi, Upanema, Espinharas, Seridó e alto e baixo Piranhas. Grande número de potiguares, provavelmente os que tinham servido no exército libertador ou deles descendiam, secundou os esforços para jugular a rebelião. Os tapuias, porém, a ela aderiram, em sua quase totalidade, desde o primeiro momento. Só muito depois e ao se tornar impossível a resistência foi que começaram as defecções⁴⁵.

Nas últimas décadas do século XVII as Missões estabelecidas no Rio Grande priorizaram a organização e manutenção dos grupos indígenas remanescentes no litoral: Mopebu, Guajiru, Guarairas, Igramació e Apodi, sendo esta última a única estabelecida na expansão posterior para o interior.

A ‘pacificação’ com os nativos parecia a esta altura a única saída para a colonização do Rio Grande de maneira definitiva. Somente ao fim do XVIII tal empreendimento teria sua concretização à custa das lutas com os índios o que paralelamente ocasionou uma intrusão ao sertão⁴⁶ do Rio Grande e arredores. Tal expansão ao interior ocasionou uma migração contínua e conseqüentemente um crescimento populacional.

2.5 AS PRINCIPAIS LOCALIDADES E ASPECTOS ADMINISTRATIVOS

Com a conseguinte instalação demográfica surgiram as primeiras freguesias e vilas da capitania. Distinguem-se, segundo Denise Monteiro, à medida que as freguesias resumiam em áreas “de assistência religiosa” onde se encontravam representantes do baixo clero e os devidos espaços litúrgicos e a população se mostrava dispersa em localidades ou propriedades

⁴⁵ LYRA, A. Tavares. *História do Rio Grande do Norte*. Natal: Nordeste Editora Gráfica. 1998. p.140.

⁴⁶ Nota: Conforme Helder Alexandre Medeiros de Macedo, o termo sertão designa-se os espaços afastados do litoral, continentais, portanto e povoados de selvagens, em oposição ao litoral açucareiro e barroco.

latifundiárias. Continuando à explicação da autora, as vilas eram onde se faziam uma maior concentração populacional, como a exemplo das Missões de aldeamento supracitadas⁴⁷.

Com a expansão para o interior do Rio Grande, chegou ao fim do XVIII o total de oito vilas, sendo a metade aldeias indígenas:

- Na região litorânea e agreste: Natal; Vila Flor (Igramació) – aldeia indígena; Arês (Guaraíras) – aldeia indígena; Extremoz (Guajiru) – aldeia indígena e Mipibu – aldeia indígena.
- No sertão: Vila Nova da Princesa (Açu); Vila Nova do Príncipe (Caicó) e Portalegre.⁴⁸

A tênue relação da propriedade com o poder decisivo como voz ativa faz-se de longa data, a administração colonial do Brasil não fugiu a tal regra. Apesar de toda ordenação local (Governador – geral e Capitães – mores) que faziam ouvir as determinações da Coroa Portuguesa, isso não impedia que tais representantes não fizessem declínio a classes distintas ou estáveis, mesmo que por ocasionalidade. Enquanto em Natal, o poder legislativo se fazia através do Senado da Câmara.

Os lugarejos que recebiam a concessão régia à categoria de vilas tinham nas Câmaras Municipais uma extensão do poder administrativo municipal. Centralizando nessas Câmaras encargos de ordem pública (policial) e judiciária das localidades e suas comarcas. Como, por exemplo, vila de São José de Mipibú e comarca de Papary.

Vários fatores tais como a própria distância entre as localidades e seus difíceis acessos, assim como o poder das aristocracias locais ou o próprio desinteresse à aplicação de rigor aos ditames reais por parte das autoridades representantes deram uma amplitude aos poderes das Câmaras Municipais.

Os chamados ‘homens-bons’, membros das Câmaras (similares aos atuais cargos de vereadores) deveriam ter posses como mão-de-obra cativa e, claro, terras. Aqueles que exercessem algum tipo de trabalho manual, a exemplo dos não abastados e mestiços eram excluídos da vida política, logo, a maioria⁴⁹.

⁴⁷ MONTEIRO, Denise Mattos. *Introdução à História do Rio Grande do Norte*. Natal: EDUFRN, 2000.p.93.

⁴⁸ TRINDADE, S.L. Bezerra. *Introdução à do Rio Grande do Norte*. Natal: Sebo Vermelho Edições. 2007.p. 66.

⁴⁹ TRINDADE, S.L. Bezerra. *Introdução à do Rio Grande do Norte*. Natal: Sebo Vermelho Edições. 2007.p. 71.

Localmente os capitães-mores tinham seu poder de maneira crescente como autoridade do poder executivo, no Rio Grande esse cargo indicado pelo rei e era subordinado ao Governador da Capitania de Pernambuco. A prioridade de competência aos capitães-mores e às suas atribuições era restrita à supervisão do contingente e dos postos correlacionados (a exemplo da Fortaleza dos Reis Magos), cabia ainda o bem-estar dos representantes do poder legislativo. Também eram atribuídos os poderes de, como complementa Tavares de Lyra:

Manutenção da independência dos representantes da justiça e da fazenda, de cujas decisões os recursos seriam para a Relação da Bahia e para o provedor-mor, o certo é que não tinham limites à sua liberdade de ação. Dominava despoticamente, dispondo, de fato, de um poder civil e militar incontestáveis⁵⁰.

Tais autoridades eram, a princípio, nomeadas pelos governadores de capitania posteriormente, a partir de 1709, passou-se a nomeação através das Câmaras Municipais. Tinham cargos vitalícios além do proveito da imunidade às chamadas sindicâncias ou devassas. Esses inquéritos transpassavam tanto o público como particular de funcionários ou altos cargos como os dos governadores.

A sujeição direta ao Governo – geral da Bahia que se aplicava à Capitania do Rio Grande, passou-se para Pernambuco a partir da Carta Régia expressa em 11 de janeiro de 1701. A transferência era alegada pela proximidade das capitanias como garantia a uma melhor “administração da justiça e bem dos vassalos⁵¹”.

O Ouvidor-mor era o mais alto posto jurídico de uma Capitania, o responsável pela aplicação da justiça no Rio Grande era mesmo da Paraíba. Tal situação perdurara por mais de um século. Assim, o Rio Grande ficara sob administração de Pernambuco e juridicamente subordinado à Paraíba, sendo apenas emancipado após a Revolução Pernambucana de 1817.

2.6 A VILA DE SÃO JOSÉ DE MIPIBU

O nome ‘mipibu’ é uma variante do termo ‘mopebu’ designação dada aos índios que habitavam as localidades do atual município. Sobre tal nome temos três distintas determinações: ‘Rastro grande e desconhecido’; ‘Bolsa de couro (odre ou borracha) própria para levar água’; ‘O que emerge ou flui da terra’.

⁵⁰ LYRA, A. Tavares. *História do Rio Grande do Norte*. Natal: Nordeste Editora Gráfica. 1998. p.159.

⁵¹ Ibid.

Poucas são as fontes que se têm a respeito da história de tal município, contudo evidencia-se a sua intrínseca e determinante participação na história maior da Capitania e, por conseguinte, da formação do Estado.

Desde o início do século XVII, evidenciava-se, através de comunicados entre os jesuítas, que a localidade era uma das mais apropriadas para a instalação de uma Missão tanto pela presença nativa bem como pelas condições ambientais.

Mais tarde, já em 1725, a responsabilidade da Missão a Aldeia de Mopebu foi confiada a Ordem dos Capuchinhos que se mantiveram até 1762. Nesse ano, como confere Câmara Cascudo, há a instalação da freguesia e da vila de São José de Mipibu.

São José de Mipibu seria de igual data da Vila, 22 de fevereiro de 1762. O Bispo de Olinda a 05 de julho de 1763, nomeava o Pe. Alexandre Dantas Correia para Coadjutor da Freguesia de N.Sra. do Ó e Santana de Mipibu⁵².”

O nome da Vila deu-se em homenagem ao príncipe D. José Francisco Xavier, filho de D. Maria I. Em 16 de outubro de 1845 a Lei Provincial 125 elevou a sede municipal à categoria de cidade, com o nome de Mipibu, vindo em 1855 se renomeada como a São José de Mipibu. Em 06 de setembro de 1845 é criado Termo e em 26 de julho de 1875 a Comarca. De segunda entrância, sua jurisdição abrangia os termos de São José de Mipibu e Papary (atual Nísia Floresta)⁵³.

2.7 CICLO DOS CAPUCHINHOS

Em 1736 Frei Próspero de Milão, membro da Missão de Mopebu deu a definitiva demarcação das terras que caberiam aos nativos da localidade. Já em 1740, foram iniciadas as obras da Igreja Matriz, pelo Frei Mauro de Lessano. Sendo concluída pelo Frei Juvenal dos Santos Urbano, ainda este missionário demarcou e assinou uma carta de doação de terras que o Capitão Diogo Malheiros, um dos grandes latifundiários da Aldeia, fizera à Missão de Nossa Senhora do Ó de Santana.

⁵² CASCUDO, Luís da Câmara. *História do Rio Grande do Norte*. 2ª edição. Natal: Fundação José Augusto; Rio de Janeiro: Achiamé, 1984.p.113 – 144.

⁵³ Nota: Distingue-se Termo como divisão judiciária; Freguesia como divisão eclesiástica; Município: divisão política e administrativa; Comarca como Circunscrição Judiciária e Entrância: lugar de ordem das circunscrições judiciárias, na classificação que delas se faz para efeitos legais.

A missão franciscana ficara na aldeia até 1762, quando foram substituídos pelos Padres de Clero Secular.

Nesse mesmo ano São José de Mipibu, como já explicitado, teve sua elevação à categoria de Vila, sede de município. Em 20 de fevereiro um edital notificava ao povo “que tendo transferido para a Aldeia a nação dos índios Pegas e agregando vários casais, uns por serem úteis em razão do ofício que exerciam outros, pela dedicação, no emprego da agricultura, designava o dia 22 do mesmo mês para a fundação da Vila e convidava a todos para assistir a respectiva solenidade ⁵⁴”.

2.8 A FORMAÇÃO DE UM MUNICÍPIO

O Juiz de Fora Miguel Caldeira de Pina Castelo Branco fora nomeado para liderar as atividades cívicas e estipular a realização de um pleito às autoridades que iriam elencar o corpo administrativo do município. Dessa feita, foram escolhidos:

Juiz de Órfãos	Capitão-mor João de Oliveira Freta
Juizes Ordinários	Sargento-Mor Manoel Fernandes de Oliveira
Mandatário da Vila	Capitão-Mor Leandro de Souza e Silva
Vereadores	Antonio Marinho, Frâncico Tavares Guerreiro e Salvador Soares.

O quadro acima ratifica a atividade acumulativa dos membros de guarda como representantes tanto do executivo e legislativo.

O mesmo meritíssimo à época determinara através de um ato normativo a demarcação dos espaços às praças e logradouros públicos (ruas e travessas), prédio da Câmara Municipal e a cadeia. O magistrado apresentou ainda à Câmara recém empossada, no ato de transferência de poder para os respectivos eleitos legisladores locais uma prestação de contas do que fora arrecadado na transação feita no remanejamento do patrimônio dos índios Pegas trazidos de Serra Cepilhada, no Sertão da Província do Rio Grande.

⁵⁴FREIRE, Pedro. *História da Cidade de São José de Mipibú*. São J.S. de Mipibú. Disponível em: <<http://www.saojosedemipibu.rn.gov.br/historia.htm>> Acesso em: 07, nov., 2008.

No último quartel do século XVIII os anais da biblioteca nacional em seu no. 40 declaravam a população em 2.422 habitantes da Vila de São Jose do Rio Grande e seus distritos: 512 índios da língua geral (Mopebu); 205 índios Pegas; 1.705 Portugueses; 755 moradias; 22 engenhocas movidas à tração animal (para fabricação de açúcar, mel e rapadura); 25 fazendas para criação de gado e agricultura de subsistência⁵⁵.

Em 31 de dezembro de 1805, um novo censo entregue às autoridades da Província, dava a quantidade de cativos e indígenas na Vila de São de Mipibu: 1.151 escravos de origem africana e 913 índios⁵⁶.

Tal mão-de-obra era trazida da Província de Pernambuco e Ceará, para o trabalho nos canaviais e seus engenhos ou ainda nas roças das fazendas.

Em 15 de junho de 1829, realizou-se na Câmara Municipal uma sessão ordinária, na qual discutiram planos de melhoria a localidade, entre outras: a construção da casa do mercado; implantação do ensino das primeiras letras, obedecendo a Lei Provincial que mandava criar escolas em todas as Vilas; a Criação do Tribunal do Júri e a construção do Cemitério Público. Data de 1840 a publicação de um relatório de frequência 55 alunos e os nomes dos mestres que ensinavam na escola da Vila.

2.9 AS DÉCADAS DE 1840 E 1850

A seca que se abatera na região nordeste entre os anos de 1844 e 1846 foi, até então, a que teve maiores prejuízos socioeconômicos sobre o Rio Grande do Norte⁵⁷. Esses dois anos de forte estiagem fez com que emigrados seguissem a região do litoral, principalmente à capital. O fenômeno que ficou conhecido posteriormente como 'Seca de 1845' fez a ruína da pecuária e mostrar sua fragilidade estrutural. Trazendo a necessidade de recapitular-se sobre culturas mais sólidas. A essa época a pecuária e o algodão dividiam as áreas do sertão, ficando a cana-de-açúcar de outrora em terceiro plano. Com o fim da Guerra da Independência dos Estados Unidos da América (1776), o corte do gado no Rio Grande do Norte voltara ao patamar que estava sendo ocupado pela cotonicultura, durante o conflito de emancipação das 13 colônias.

⁵⁵FREIRE, Pedro. *História da Cidade de São José de Mipibú*. São J.S. de Mipibú. Disponível em: <<http://www.saojosedemipibu.rn.gov.br/historia.htm>> Acesso em: 07, nov., 2008.

⁵⁶Ibid.

⁵⁷ MONTEIRO, Denise Mattos. *Introdução à História do Rio Grande do Norte*. Natal: EDUFRRN, 2000.p.164.

A Seca de 1845 fez com que a produção da cana-de-açúcar recrescesse quadruplicando, entre 1845 e 1861, de 43 a 173 engenhos de açúcar ⁵⁸.

A partir daí, a costa sul não foi somente onde a lavoura do açúcar predominou, transformando também o litoral norte, Vale do Rio Ceará – Mirim em uma nova área da cultura canavieira. De qualquer forma, as localidades em que antes dominavam a produção açucareira tiveram a devida impulsão econômica. No ano de 1850 foi promulgada a Lei Eusébio de Queirós, extinguindo o tráfico negreiro, o que provocara uma queda considerável na oferta de escravos africanos.

Importação de escravos no Império ⁵⁹	
Ano	Total de escravos
1842	17.435
1843	19.095
1844	22.849
1845	19.453
1846	50.324
1847	56.172
1848	60.000
1849	54.000
1850	23.000
1851	3.387
1852	700
1853/1856	128 (média anual)

Essa interrupção da vinda de escravos africanos para o Brasil, em função da pressão inglesa aos interesses de escoamento de seus produtos industrializados, gerou a partir de então uma integração local com o estrangeiro. Uma vez que o capital investido no tráfico tomou

⁵⁸ Ibid p.166.

⁵⁹ DOWBOR, Ladislau. *A formação do capitalismo dependente no Brasil*. Lisboa: Prelo, 1977, p. 103.

outro rumo, ocorreu uma “modernização econômica no país”⁶⁰. No Rio Grande do Norte surge um momento ímpar em distintos aspectos: há uma integração da Província com a Europa quando passam a ser exportadas matérias-primas como algodão, couro e açúcar em troca de produtos industrializados tais como: tecidos, produtos de ferro, munições, farinha de trigo, vinho, manteiga, entre outros gêneros⁶¹. Outro ponto é a transmissão de mão-de-obra escrava interprovincial, principalmente para as lavouras cafeeiras do sudeste.

2.10 A LEI DE TERRAS

No mesmo ano da Lei Eusébio de Queirós foi decretada, por pressão da elite cafeeira junto ao governo imperial, a chamada Lei de Terras. A crescente expansão da lavoura cafeeira levou a uma acirrada disputa dos fazendeiros por terras férteis pertencentes principalmente ao estado. Pressionado pelos grupos representantes dos latifundiários, o governo estabeleceu que a partir daquele ano as terras ditas públicas só poderiam ser adquiridas através de compra e que por outro lado aqueles que tinham obtido seu chão através de doações ou ocupações e não fossem até então regularizadas poderiam fazê-las.

Tal medida determinou em si o fim do sistema de colonato. Em um sentido econômico a nova lei elevou o preço das terras o que seguiu, por óbvia consequência, ao aumento do abismo social.

Agora, a Lei de Terras ligada ao fim do tráfico negreiro, fez com que aqueles que antes eram escravos ficassem em uma situação de xeque, homens livres sem terras e sem condições de adquiri-las o que fez consolidar o poder latifundiário.

Às antigas missões jesuíticas dos aldeamentos indígenas foi determinada através da nova Lei de Terras que deveriam ser também regularizadas em cartórios. Contudo, como levanta Denise Mattos Monteiro, se tais terras eram sempre motivos de querelas em virtude das invasões dos brancos e aos indígenas eram desconhecidas os ditames impostos pelos mesmos homens. “Como poderiam eles (os índios) ‘legalizar’ suas terras?”⁶²

⁶⁰ MONTEIRO, Denise Mattos. *Introdução à História do Rio Grande do Norte*. Natal: EDUFRN, 2000.p.169.

⁶¹ Ibid.

⁶² MONTEIRO, Denise Mattos. *Introdução à História do Rio Grande do Norte*. Natal: EDUFRN, 2000.p.183.

Tal questionamento foi o determinante para que as autoridades provinciais passassem a alegar o ínfimo contingente indígena e que os mesmos já há algum tempo estavam em meio à população.

Ainda, segundo dados mostrados pela supracitada autora, em decorrência de um levantamento sobre a população do Rio Grande do Norte, feito em 1844, havia 6.795 índios em um total de 149.072 habitantes em uma distinção entre os grupos de brancos, pardos e negros⁶³. Vinte e oito anos depois, em novo recenseamento, os índios já não se incluíam à população do Rio Grande do Norte (233.979 habitantes) que se mostrava formada por brancos, pardos, pretos e caboclos. Era o fim da identidade indígena na Província do Rio Grande do Norte. Eram agora, esses nativos, um acúmulo àqueles que, mesmo livres, se encontravam à margem da sociedade que era, por sua vez, ditada pela exclusividade dos grandes latifúndios.

2.11 OS ALBUQUERQUE MARANHÃO

De grande poder econômico e político essa família esteve inserida em determinados pontos da história do Rio Grande do Norte de maneira representativa. Os exemplos vão de Jerônimo de Albuquerque Maranhão, figura decisiva na conquista da Capitania do Rio Grande, passando pelo senhor de engenho, Coronel de Milícias e destaque na Revolução Pernambucana, André de Albuquerque Maranhão⁶⁴.

Esse último era tio de André de Albuquerque Maranhão Arcoverde, conhecido popularmente como 'Brigadeiro' (título ou alcunha adquirida pelo fato de muitos proprietários acumularem patentes com a criação da Guarda Nacional no Brasil). O tal 'Brigadeiro' fora o último grande senhor de engenhos de açúcar que se encontravam na costa sul de Natal à Paraíba. Seu nome era sinônimo de poder por essa região que, desde 1845, vinha em crescente desenvolvimento na produção açucareira.

À Província em 1859 chegava ao total de 256 engenhos em produção de mais de 370 arrobas por ano⁶⁵:

⁶³ Ibid.p.184.

⁶⁴ SUASSUNA, Luiz Eduardo Brandão (org.). *História do Rio Grande do Norte*. Natal: CDF Gráfica e Editora, 2002.p.45.

⁶⁵ MEDEIROS, Tarcísio. *Aspectos Geopolíticos e Antropológicos do Rio Grande do Norte*. Natal: Imprensa Universitária, 1973. p.93.

Local	Engenhos de açúcar
Natal	05
S. Gonçalo	31
Ceará – Mirim	42
S. J. de Mipibu e Papary	144
Canguaretama	11
Goianinha e Arez	23

Pelos números é evidente a concentração de renda na região da costa sul em função dos engenhos. Realça-se o número de engenhos nas localidades de São José de Mipibu e Papary.

Já em 1877, o herdeiro do Brigadeiro Arcoverde, João de Albuquerque Maranhão Cunhaú, dono do engenho Estrela, determinara aos moradores e lavradores pagamentos de quantias anuais sobre as terras em Baía Formosa que, segundo, lhe pertenciam.

Já na durante a República Velha, o poder político e econômico dos Albuquerque Maranhão foi acrescido com a exclusividade da produção salineira, mantinha-se assim uma aliança entre esta oligarquia e grupos econômicos que os cediam ajuda financeira nas eleições e demais questões políticas. O Governo do Estado, na figura de Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, favorecia o proprietário da Usina da Ilha do Maranhão em Canguaretama o Sr. Fabrício Maranhão (por acaso irmão do governador) além de correligionários do agreste. (adaptação de SOUZA, Itamar apud SUASSUNA)⁶⁶.

2.12 A HISTORIOGRAFIA DE UMA CIDADE

Mesmo em ampla produção açucareira em 1852, São José de Mipibu perdeu parte do seu território com a elevação a categoria de Vila, sob a denominação de Vila Imperial de Papary, da povoação de mesmo nome. Já em 1860 o município de Santa Cruz fora desmembrado de São José de Mipibu, pela Lei nº 487 do Presidente da Província.

Mesmo com os desmembramentos São José de Mipibu contava com desenvolvimento rural, além da considerável indústria do açúcar e derivados, consequência disso, a cidade

⁶⁶SUASSUNA, Luiz Eduardo Brandão (org.). *História do Rio Grande do Norte*. Natal: CDF Gráfica e Editora, 2002.p.82.

experimentou um crescimento demográfico, comercial e urbano. Faz-se notar que tamanho era o poder econômico crescente e acumulador que em 17 de julho de 1855, um deputado provincial apresentara um projeto de lei para transferência da capital da província para o município de São José de Mipibu que passaria a ser denominar 'Cidade de Mipibu'.

Pormenores de uma localidade e sua gente, independente do recorte que se faça, nos levam a uma leitura quase infinda de documentos (fontes primárias e secundárias) que nos fazem esmiuçar detalhes, curiosidades, práticas, hábitos, utensílios, rigores e os porquês destes.

Essas leituras encontram-se, como já dito anteriormente, naqueles documentos que fazem a ponte entre o íntimo e o público. Como são os inventários e demais documentos cartoriais.

No próximo capítulo, externaremos como essas fontes podem servir como material didático ou fonte para base de pesquisa histórica e construção para a mesma.

CAPÍTULO 3 - A COLEÇÃO E SUAS POSSIBILIDADES.

3.1 INDICÍOS PARA PESQUISA

No ano de 1870, em São José de Mipibu, Felipa Rodrigues de Vasconcelos viera a falecer, seu marido, João Tavares Guerreiro, dera entrada ao processo de inventário sendo ele próprio o único beneficiário. Foram declarados os bens:

Bens de Raiz:	Terras = 10 mil Réis; e Casa = 20 mil Réis.
Bens Móveis:	Dívida Passiva = 171 mil Réis.
Escravos:	03 crioulos = 02 contos e 400 mil Réis; 05 mulatos = 04 contos e 250 mil Réis; e 03 cabras = 02 contos e 500 mil Réis.

Ainda no mesmo ano, ocorrera também o óbito de Pedro Vieira de Souza na mesma localidade. Sua viúva, a Sra. Maria Francisca Vieira de Souza, inventariante, encabeça a lista de beneficiários: Delfina Ursulina Vieira de Souza; Manoel Rodrigues da Silveira Barreto; Manoel Vieira de Souza; Francisco Vieira de Souza e Pedro Vieira de Souza (Filho).

Nesse processo levantaram-se os bens:

Bens de Raiz:	Terras = 56 mil Réis; e Casas = 170 mil Réis.
Bens Móveis:	Dívida Passiva = 825 mil e 880 Réis; Gado Vacum = 120 mil Réis; Gado Equino = 100 mil Réis.
Escravos:	04 mulatos = 03 contos de Réis; 02 cabras = 02 contos de Réis.

Acrescenta-se a informação de que o inventariado era membro da Imperial Ordem da Rosa.

Esses dados foram retirados de respectivos inventários que por sua vez fazem parte de um acervo estimado em 363 documentos (número variante em função da pesquisa em andamento) de inventários e partilhas que é a Coleção de Documentos Cartoriais de São José de Mipibú – século XIX ao XX (1930) e hoje estão no Laboratório de Restauração e Conservação de Livros e Documentos (LABRE) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

De imprescindível valor, como já referido, que tem um documento àqueles que enveredam pela pesquisa, o uso não só de inventários, mas como qualquer peça de um cartulário mostra-se de extrema potencialidade para os mais variados campos da ciência historiográfica. Detalhes e terminologias de uma época, usuais a uma sociedade fazem-se ressaltar à primeira vista. Mesmo aos alheios ao assunto, uma leitura, ainda que superficial, não deixa de surtir algum interesse ou curiosidade.

Nos dois exemplos de inventários e partilhas acima mostrados, se vêem características tais como a diferença estipulada entre os bens, qualidades e valores; a moeda corrente à época; a avaliação em decorrência a origem dos escravos e a menção de uma ordem religiosa na qual um dos inventariados fazia parte. Isso somente em uma resumida leitura.

3.2 O MATERIAL DIDÁTICO

Em nosso primeiro capítulo citamos o que foi proclamada pelo historiador Jacques Le Goff como ‘revolução documental’, obviamente ligada aos avanços tecnológicos onde a informação se faz instantânea e fugaz. Frente a isso, e segundo o autor, se o documento vem a ser uma ‘mentira’; o quê dizer então da frivolidade oferecida pelo advento tecnológico?

Ao exercício da licenciatura da disciplina de História se efetua na prática usual de qualquer ferramenta que possibilite a acessibilidade do conhecimento na relação entre o professor e o aluno. A qualquer tipo de ferramenta que assim se mostrar será dada a condição de material didático. Livros-manuais; apostilas e vídeos são específicos para essa prática. Contudo, há aqueles que não se categorizam de maneira direta, porém, a exemplo de documentos antigos, esses materiais são facilmente adaptáveis e passíveis de uso para construir a ponte necessária do conhecimento.

Afinal, tudo que passa pelo homem é um gerador historiográfico. Fica apenas, a necessidade de alguém que venha orientar essa produção. Caberá então ao educador o

trabalho de se saber fazer a cisão entre os dois aspectos no que tange a informação, o que é verdade ou ainda o que pode vir a ser uma fonte geradora de história.

Não obstante e conscientes de tal necessidade os autores de livros didáticos de História incluem em seus livros: textos de outros autores; citações; artigos de jornais e partes ou todos de documentos que dizem a respeito aos assuntos dos determinados capítulos, senão algo que faça alusão aos mesmos. Isso faz com que estas obras de ensino didático passem pela aprovação do Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação do Programa Nacional do Livro Didático.

50 \$ DE GRATIFICAÇÃO:

Continua a estar foragido desde o dia de 4 abril próximo passado o preto de nome Félix, com idade de 35 a 40 annos de nação Mossambique, e tem os signaes seguintes: estatura baixa, cor fula, pés poucos apalhetados, tem um calombinho entre as sobrancelhas por cima do nariz, que parece ser signal da terra d'elle; este preto tem servido em diferentes artes, pescador, canoeiro, caiador, trabalhador de campo, hoje é padeiro, a que pertence, foi escravo do Sr. Manuel Francisco Duarte, e quando foge costuma mudar de nome para João, e intitula-se forro, tem sido visto nos arrabaldes desta cidade da estrada de Beberribe em direcção até a matriz da Várzea: portanto roga-se a todo e qualquer que o encontrar ou d'elle souber, que o pegue e leve-o ao pateo da Santa Cruz, padaria nº 6, que receberá a gratificação acima; assim como se protesta contra quem o tiver acoutado.⁶⁷

Um exercício de leitura em sala de um documento como anúncio acima é um exemplo da possibilidade de variantes em função da interpretação do texto de um documento como tal.

De imediato podemos considerar o uso da gramática corrente, o descaso sobre a idade exata do foragido, a denominação de cor 'fula' (o que remete a preto, e, ao mesmo tempo, reles ou sem valor como fuligem, fulano e fuleira). Levando ao conhecimento a aspectos da época, da sociedade em sua divisão, do trato ao escravo entre demais interpelações ou observações.

Não diferente, um inventário que data a época da segunda metade do XIX, Brasil Segundo Reinado, em que se exteriorizam os bens de uma família, as devoções e temores

⁶⁷FREYRE, Gilberto. *Os escravos nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*. São Paulo: Nacional, 1979.

religiosos, uma leitura do universo rural e sua população e o mobiliário e utensílios. Um documento deste aspecto de maneira alguma pode ser desconsiderado como material didático.

3.3 O PERIGO DO POSITIVISMO

Não é difícil a fama de uma disciplina de puro ato de decorar nomes, lugares e suas datas que leva a História. A mesma ainda recebe a peja de mostrar a verdade unilateral, fechada em conhecimentos definidos sobre o que acontecera. Estas deturpadas características levam muitas vezes ao aluno a não desenvolver uma opinião própria atrelada a uma leitura sem questionamentos. Essa errônea perspectiva e aplicação não permitem à História margens a uma relatividade proveniente da geração humana. Ficando obscuro que na verdade a História é uma ciência de construção intelectual. E mesmo sob todo critério ou metodologia de pesquisa, ela será passível de uma alteração mediante novas abordagens. Ou seja, antes de qualquer assertiva a respeito dos fatos, o professor tem que deixar claro que não há verdade absoluta. Caberá então ao educador a transmissão da História como fruto de uma historiografia em decorrência de uma historicidade lembrando que estas por sua vez podem também serem contestáveis.

Usando as chamadas fontes primárias ou reproduções destas, há uma abertura de reflexões, logo, desmistificações. Tal efeito permite uma proximidade, uma simetria intertemporal que não pecará, e mesmo que aconteça ainda será válido, ao anacronismo. Há nesse sentido a quebra da visão inconsciente e fidedigna (para não dizer apaixonada) que era da Escola Positivista.

Dessa forma, tal prática, independente da origem do documento, seja ele inserido em um livro didático ou qualquer outro material que se apresente levará também ao educando conhecer como é uma produção historiográfica. O que pode ser impulsionado também pela imaginação do aluno somada à curiosidade. Afinal, não há de se negar o quanto fala ao imaginativo de um jovem ao se deparar com um antigo mapa; uma pintura de Da Vinci (elucidando seus detalhes); um diário de uma jovem durante a Segunda Guerra; uma filmagem de batalhas; ou, até mesmo, simples descrições de bens deixados por uma pessoa em um distante recorte de tempo e espaço.

Salientando aos alunos que a fonte primária documental não fala por si só, pois cabe uma visão investigativa (nítida ao que é História). Em decorrência dessa perspectiva o aluno desenvolverá uma maior facilidade a leitura trazendo consigo o valor ambíguo da informação

(certeza e dúvida). Ocorrerão, a partir daí, o desenvolvimento de um senso crítico, formador de opinião e verdadeira cidadania.

3.4 A EXPERIÊNCIA DE MARIA HELENA SIMÕES PAES EM SALA DE AULA

A ratificar o exposto acima temos a professora Maria Helena Simões Paes em artigo publicado ao Caderno CEDES 10 – A Prática do Ensino de História ⁶⁸, onde ela enaltece a preocupação da ‘berlinda’ em que o educador se mobiliza como detentor de saberes e, por isso, torna-se alvo de críticas e questionamentos (nas palavras da autora). De qualquer forma segundo ainda a professora, essa exposição é vital para a construção do conhecimento.

A autora frisa que a própria experiência do uso de documentos em sala de aula visava sempre a responder questões pertinentes ao ensino da História. Apesar de o artigo datar do ano de 1986 as questões ainda são presentes. Como se seguem:

1. O que se quer que o aluno de 1º grau (atual Ensino Fundamental II) conheça da História?
2. Que tipo de História se quer que ele conheça?
3. Que tipo de História o aluno é capaz de entender?
4. Que tipo de História é capaz de motivá-lo?
5. Será que muitas vezes não se pretende levar os alunos a entenderem a História tal qual nós a entendemos ⁶⁹?

A autora enuncia também a opinião de Marcel Reinhardt que diz que aos jovens a História só é absorvida em forma narrativa, sendo personagens focalizados e situados em um ambiente real. Opinião que Simões Paes não descarta ou desconsidera ao enumerar uma série de indagações, porém, uma se sobressai: “O que é a História explicativa para um adolescente de 11 anos e de 10 anos?” ⁷⁰.

É óbvio e compreensível que essa faixa etária é flexível assim como o nível escolar em suas devidas proporções e adaptações. Ainda assim, autora abre a reflexão: como trabalhar a construção do imaginário (não em sentido de um faz-de-conta, mas ao da abstração de lugares e épocas) e fazer que essa construção responda a sua imaginação, principalmente aos pré-adolescentes?

⁶⁸ PAES, Maria Helena Simões. *O ensino de História no 1º grau: o uso de documentos*. Cadernos CEDES, São Paulo, n.10, 1986. p. 48 – 52

⁶⁹ Ibid p. 49.

⁷⁰ Ibid PAES, Maria Helena Simões. *O ensino de História no 1º grau: o uso de documentos*. Cadernos CEDES, São Paulo, n.10, 1986. p. 49

A professora vivencia a sua experiência no uso de documentos em sala de aula que a fez ter o devido retorno:



Era como se, depois de terem lido um texto sobre os engenhos da Colônia, eles se deparassem com uma nova realidade, ao entrarem em contato com o livro de Antonil. Ou então, descobrissem mais uma vez o indígena, nas palavras de Hans Staden, ou ainda, compreendessem melhor a problemática do imigrante do século XIX, na fala de Thomas Davatz. Percebi na mesma ocasião, que um texto literário ou uma peça teatral transportavam mais vivamente os alunos a um tempo passado, levando-os a sentir os homens fazendo a História⁷¹.

A educadora deixa afirma que passou a partir daí usar documentos de maneira mais sistemática às classes de 1º Grau, paralelamente a recursos visuais. As duas ferramentas serviram como complemento ao livro didático.

A garantia do retorno foi através das declarações dos próprios alunos sobre o que viram e leram, nas palavras da autora: “A certeza de que o documento fala⁷²”.

Além disso, confirma-se o que já fora exposto a esse tipo de prática, que a autora considera o ponto mais importante: a motivação do aluno. Contudo, há de pesar os contras, Simões Paes determina que ao uso de documentos em sala de aula deve o professor fazer antes uma apurada seleção de maneira a tornar adequado o uso a cada turma ou ano. Outros empecilhos elencados pela autora é a presença de termos desconhecidos e linguagem metafórica. Mas como já visto, cabem as seleções prévias e até mesmo tais termos ou linguagem realçam o trabalho a ser proposto.

Com a digitalização o acesso a qualquer forma de documento se mais aprazível e mais dinâmica. O que aumenta mais a motivação de alunos viabilizando e facilitando o ensino.

3.5 O USO POR GRADUANDOS E PESQUISADORES

O que tange a aplicação de documentos em sala de aula aos níveis de base pode também ser usado, obviamente, na formação acadêmica de graduandos em História. Logo, o acervo que é a coleção de documentos cartoriais de São José de Mipibú – século XIX ao XX (1930) composta de documentos manuscritos oriundos com 70 caixas distribuídas na seguinte ordem de documentação: Inventários e Partilhas, Autos de Crimes, Ações Cíveis, Licenças

⁷¹ Ibid p. 50

⁷² Ibid p.51

para Casamentos e Livros de Notas; o que denota uma qualidade considerável de fontes primárias a disposição dos pesquisadores em História do Rio Grande do Norte. ..

Essa coleção é com veemência uma ferramenta que pode ser associada à aplicação prática e teórica das disciplinas Paleografia, História do Rio Grande do Norte I e II e Arquivística disciplinas que usam as fontes primárias como referencial básico para as atividades de pesquisa e uso em sala de aula.

Hoje os principais obstáculos existentes nestas supracitadas disciplinas é a inexistência de informações sistematizadas nas instituições de pesquisa locais; o precário estado físico e falta de organização desses acervos bibliográficos para consulta, a escassez de profissionais habilitados para o manuseio com tais acervos documentais nas instituições. Os problemas mostrados aqui acarretam num prejuízo na metodologia de ensino prevista para estas disciplinas, exigindo do aluno um esforço redobrado para suprir a falta de suporte bibliográfico e documental pretendido pelos professores destas três áreas correlatas do conhecimento histórico.

Porém, o projeto que é a 'Análise e Catalogação da coleção de documentos manuscritos de São José de Mipibú – século XIX ao XX (1930)' tem como objetivos: Permitir o contato de estudantes e pesquisadores com as fontes primárias, sobre História do Rio Grande do Norte; construir um Banco de Dados Digital de Documentos Manuscritos Cartoriais, através do registro e catalogação da coleção disponível; Favorecer a utilização destas fontes de pesquisa histórica, quando da elaboração de monografias de conclusão de curso; Motivar os monitores para o exercício da carreira acadêmica e de atividades de pesquisa; Capacitar os alunos para as técnicas de leitura de documentos manuscritos, referentes as suas especificidades de letras, períodos e autores diferenciados; Enfatizar o estudo de Paleografia como instrumento necessário ao aprofundamento ao conhecimento histórico sobre o Rio Grande do Norte, no período compreendido entre os séculos XVIII ao XIX.

Para o alcance destes objetivos foram levantados os seguintes pontos: a necessidade de viabilizar a promoção de leitura e discussão de textos sobre a História do Rio Grande do Norte dentro da disciplina e da base de pesquisa Historiografia do Rio Grande do Norte Colonial; realização de seminários sobre Paleografia, enfatizando a evolução da escrita e a sua transformação em fonte histórica; Possibilitar estudos sobre as técnicas específicas de leitura e

transcrição de documentos manuscritos; Montar um referencial de informações históricas do período delimitado, que permitam a realização de pesquisas documentais pelos alunos.

Além de tudo isso, cada um desses documentos abrem um leque proporcionável as faces da produção historiográfica, como veremos a seguir.

3.6 O USO DE INVENTÁRIOS NOS DIVERSOS CAMPOS HISTORIOGRÁFICOS

Em *O Campo da História: Especialidades e Abordagens*, José D'Assunção Barros apresenta uma distinção dos chamados campos historiográficos em suas modalidades, dimensões e abordagens. Não caberia aqui explicar tal distinção, e nem é nossa intenção fazê-la. Contudo, quando enveredamos ao tratar de fontes – históricas como os inventários não podemos descartar o seu uso e valor ao construir as ‘modalidades’ como História Cultural; História das Culturas Materiais; História Política; História das Classes Sociais; História Econômica e tão a debatida Micro- História.

3.7 FONTES PARA HISTÓRIA CULTURAL

Evidentemente um ‘campo vasto e fértil’ à produção historiográfica, a História Cultural tem em seu âmbito uma gama de divergentes possíveis abordagens, e às vezes antagônicas entre si. Tal aspecto permeia o próprio sentido quase universal do que vem a ser “cultura”. Indo da cultura popular às práticas mais ‘requintadas’ (como sistemas educativos, a cultura intelectual, etc.)⁷³.

Ao conjunto de objetos da História Cultural estão inseridos os elementos: ciência, cotidiano, arte e literatura. Ainda nesse grupo estão inseridos subconjuntos: Cultura Material; Cultura Letrada e Cultura Popular. Ao ligar os pontos que fazem a intercessão, temos: Cultura Material (Ciência e Cotidiano); Cultura Letrada (Ciência, Arte e Literatura) e Cultura Popular (Cotidiano, Arte e Literatura)⁷⁴.

Se compararmos então, a idéia sintética do que vem a ser um inventário (rol de bens deixados por alguém que morreu) ao campo de objetos da História Cultural podemos chegar a um consenso prático de que em um documento desta espécie por sua demonstração em

⁷³ BARROS, J. D'Assunção. *O Campo da História: Especialidades e Abordagens*. Petrópolis: Vozes, 2004. p.55.

⁷⁴ Ibid p.60.

potencial de um patrimônio pode sim ser uma fonte riquíssima para construção de História Cultural, particularmente aos subconjuntos Cultura Material e Cultura Popular.

Ainda, a polissemia do termo 'cultura' faz com que haja um atrelamento à noção de que tudo que é fruto da ação antropológica é elemento gerador de História. Uma vez que, todo ser humano é um nato produtor de cultura.

3.8 FONTES PARA HISTÓRIA DAS CULTURAS MATERIAIS

Tão ligado à História Econômica, por organização, quanto a História Cultural, o campo da História das Culturas Materiais aborda objetos que interagem com a vida humana na prática. Envolvendo, bens materiais, utensílios, vestuário, alimentos, entre outras peças. O que vem nos remeter ao elemento 'Cotidiano' do conjunto de objetos da História Cultural.

Vale firmar que ao adentrar em o específico campo da História, o pesquisador não envolverá tão somente a leitura dos bens de raiz, aos bens móveis, ou a quantidade de ouro, prata ou jóias, quantos escravos e suas 'categorias'. Ele, o pesquisador, deverá ler as entrelinhas, investigando a predominância, os padrões e discursos que inferem sobre os valores das características da época e sociedade.

Abre-se então uma observação, tal qual quem escreve um romance de época e precisa para isso fazer um levantamento de hábitos, tabus, enfim, tudo que é detalhe para a construção do universo a ser narrado independente de quanto ele seja fictício ou não. Os pesquisadores da História das Culturas Materiais não somente lerão os inventários como uma corriqueira descrição de bens, dívidas e afins. A leitura destas fontes e sua produção devem acatar uma reconstrução sim, mas que parta de uma "problematização sociocultural" que envolve de maneira abstrusa, segundo o autor: objetos, técnicas e consumo⁷⁵. Podendo ainda emaranhar nessa rede costumes, sentimentos, preceitos, entre outros aspectos.

A vontade de um moribundo ao constituir seu testamento; os rigores que pede ao ritual de seu velório, o que ele quer usar com vestimenta na finda hora; o número de missas; o quanto ele deixa para seus respectivos herdeiros ou instituições (religiosa ou não); entre

⁷⁵ BARROS, J. D'Assunção. *O Campo da História: Especialidades e Abordagens*. Petrópolis: Vozes, 2004. p.35

outros pedidos e demandas, tudo isso já constitui uma história. Ainda que ela seja uma história particular, ela se embasa como reflexo de um todo maior.

3.9 FONTES PARA HISTÓRIA POLÍTICA

Se não somente, no Brasil, mas em uma tendência geral, o poder político é regido por elites detentoras das extensões de terras. E como já fora explanado sobre o decorrer dos aspectos sociais do Brasil Colônia e da política agrária vigente do século XIX, não há como negar que, em uma sociedade predominantemente ruralizada que se destaca pela sua produção canavieira e números de engenhos, a localidade de São José de Mipibú não fugiria a regra.

Nesse parâmetro a História Política entremeará os quesitos comuns tanto à História Econômica como Social.

Ao prisma de José D'Assunção Barros, a História Política tem como componentes todos que representam ou emitem poder. Citando desde as instituições, ideologias, cidades, guerras, movimentos sociais, representações de poder, relações intrafamiliares, e demais pontos.

Urge então o valor acumulativo de um cartulário como também fonte para História das Classes Sociais. Pois, logo há a evidência que não só documentos que são o levantamento de bens de uma pessoa após seu óbito como todo o restante da coleção cartorial fale a respeito desta sociedade, suas elites, marginalizados e excluídos. Principalmente aos séculos XIX e XX, uma vez que aos séculos que seguiram após a ascensão burguesa decorrendo a Ilustração, seus pensadores, aos levantes de emancipação e, vindo posteriormente com efeitos paralelos, a Revolução Industrial. Todas essas transformações nortearam e cimentaram as distinções sociais tão gritantes até hoje.

3.10 FONTES PARA HISTÓRIA ECONÔMICA

A Produção; a Circulação ou o Consumo são pontos determinantes aos estudos das atividades econômicas. Na concepção marxista o modo de produção encarrega-se a toda vida material de um grupo social partindo da apropriação do trabalho e seus meios de produção. Como simplifica D'Assunção Barros, o sistema de produção é apenas o ponto de partida da

vida econômica de uma sociedade⁷⁶. Se em um sistema de produção de uma sociedade há conexões entre classes, que mesmo de maneira involuntária e ou indireta. De imediato surge a relação de proximidade com os campos da História Social e Política.

O autor ainda enumera à esfera da 'Circulação' ou 'Distribuição' âmbitos a serem considerados a uma pesquisa, são eles: os ciclos econômicos, os preços, as trocas e sistema financeiro vigente. O emergir da História Econômica vem com os *Annales*, quando Marc Bloch evidencia a pluralidade de um documento, e orienta para os fatos econômicos. Nesse sentido, dentro da proposta inovadora da Escola Francesa a História Econômica é ingerida no marxismo que sua vez engolfa as relações de estrutura socioeconômica e as divergências entre as classes sociais.

Surge também uma proximidade da História Econômica com a Estatística em virtude aos inerentes fatores de acúmulo e de contagem que tangem a ciência da Economia e, correntemente àqueles inseridos a 'Circulação'.

O terceiro ponto, o 'Consumo', envolve tanto o poder aquisitivo de uma sociedade, as preferências, os hábitos de compra, o que está em voga e ou as prioridades das classes aos seus ganhos e salários em determinados recortes faz que com se trace uma linha tanto a História Social e para a História das Culturas Materiais.

Sendo o inventário um levantamento ou rol de avaliação para partilha e legado de bens deixados por um finado. Não há como eximir a qualidade deste documento aos três pontos acima expostos.

Tomando como modelo alguns arquivos do acervo cartorial que se encontra no LABRE, o exemplo do inventário dos bens deixados Josefa Maria da Conceição no ano de 1875⁷⁷:

Bens de Raiz:	Uma parte de terras com parte em dois açudes e uma casa = 100 mil Réis.
Bens Móveis:	Dinheiro = <u>nada</u> ; Ouro = jóias no valor de

⁷⁶ BARROȘ, J. D'Assunção. *O Campo da História: Especialidades e Abordagens*. Petrópolis: Vozes, 2004. p.125

⁷⁷ Nota: A exibição dos dados de todos os inventários nesta apresentação é proveniente de fichas já elaboradas após leitura e levantamento dos bens de raiz, bens móveis, escravos e de qualquer outro patrimônio ou característica relevante.

	57 mil Réis; Mobiliário = 53 mil Réis; Gado Vacum = 500 mil Réis; Gado Equino = 737 mil Réis.
Escravos:	1/4 de uma escrava = 200 mil Réis.

Seus Beneficiários: Manoel Reinaldo Alves (cônjuge); Maria; Thereza e José (filhos).

Outro inventário do mesmo ano a ser considerado é o de Maria Catharina da Conceição onde:

Bens de Raiz:	Terras = 80 mil Réis; Casa = 20 mil Réis; Outros = 2 mil Réis.
Bens Móveis:	Dinheiro = <u>nada</u> ; Ouro = 31.500 Réis; Prata = 8.700 Réis; Cobre = 4 mil Réis; Mobiliário = 152 mil Réis; Gado Equino= 16 mil Réis; Dívidas Ativas = 90 mil Réis.

Além do inventariante, seu esposo Joaquim Pereira Plácido, há como beneficiaria sua filha de nome Joanna.

Não escapam aos olhos valores avaliados aos objetos, e verificamos assim algumas peculiaridades como a inexistência de dinheiro, a verificação de metais nem tão preciosos (cobre e ferro), a divisão de um cativo, enfim. Nesse sentido devemos atentar as relações consumistas assim como as de produção destas famílias. Pois em tais descrições estão claramente destacados os produtos que eram usados pelos núcleos familiares em seu cotidiano itens como: jóias, tecidos, móveis, instrumentos de trabalho, além do excedente que era produzido nas propriedades destas famílias e poderia ser posto a venda.

Sem dizer que tratam-se de inventários de duas mulheres quando, em pleno século XIX e como já dito em uma sociedade rural e fechada é prevalecente o patriarcado. Contudo, já à época os matrimônios eram feitos em Comunhão de Bens.

3.11 FONTES PARA MICRO - HISTÓRIA

A 'Micro – História' leva a errônea sensação que no ato da elaboração de sua pesquisa prevaleça exclusivamente à análise e metodologia de determinadas localidades ou espaços geográficos. Elucidando, esse campo da História segue um recorte temático em uma especificidade. Ao historiador ocorre um foco ou uma redução em escala de observação⁷⁸. Assim, a perspectiva em si difere da História Local que se faz sobre uma “realidade micro - localizada”⁷⁹. Engloba então à Micro – História as práticas sociais e seus aspectos, representações, crimes, personagens de destaque ou, nas palavras de D’Assunção Barros, “qualquer outro aspecto que o historiador considere revelador em relação aos problemas sociais ou culturais que se dispôs a examinar”⁸⁰.

Falar de Micro – História e não mencionar nomes como Carlo Ginzburg, Giovanni Levi e até mesmo Michel Foucault é pecar talvez por omissão, contudo não caberiam aqui suas obras, opiniões, discordâncias e afins.

É válida sobre esse campo de História a possibilidade que inerentemente há no acervo como é Coleção de Documentos Cartoriais de São José de Mipibú – século XIX ao XX (1930), em seu somatório de objetos, características de uma época e sociedade, valores materiais, morais e religiosos. Assim, se torna de caráter relevante à formação historiográfica tendo como base a subjetividade humana, vindo constituir, em foco uma cultura.

É imensurável a possibilidade e opções proporcionadas por tal acervo e verifica-se que apenas mencionamos os inventários. Contudo a riqueza que tem o cartulário de São José de Mipibú não deve ser restrita e nem será. Em andamento, um dos objetivos do LABRE, e como já referenciado, é a construção um Banco de Dados Digital de Documentos Manuscritos Cartoriais para acessar a utilização destas fontes de pesquisa histórica para variados fins de pesquisa.

⁷⁸ BARROS, J. D’Assunção. *O Campo da História: Especialidades e Abordagens*. Petrópolis: Vozes, 2004. p.153

⁷⁹ BARROS, J. D’Assunção. *O Campo da História: Especialidades e Abordagens*. Petrópolis: Vozes, 2004. p.153.

⁸⁰ Ibid.

CONCLUSÃO

A construção historiográfica em nada se faz sem documentos ou fontes. Até aí nada de novo. Por que então tal informação é tão restrita àqueles que têm a História ciência de trabalho? Quem sabe a visão externa de um outro cientista, no caso um sociólogo como C. Wright Mills, responda:

Talvez a maioria dos historiadores se preocupe com a 'comprovação dos fatos' necessária à compreensão da transformação histórica das instituições sociais, e com a interpretação desses fatos, habitualmente por meio de narrativas. Muitos historiadores, além disso, não hesitam em tomar, para seus estudos, qualquer área da vida social⁸¹.

Excetuando o uso da narrativa há de se concordar com o autor. Que o âmbito da História é um tanto quanto restrito. Mas se tratando de uma ciência humana, por que então não humanizá-la?

Aqueles que escrevem a História precisam torná-la acessível aos que menosprezam a ciência pelo fato de não conhecê-la. A recorrência de documentos nas salas de aula favorece ao aluno o pensamento de construção historiográfica e até mesmo o conhecimento sobre a atividade de um historiador. Muitas vezes um problema sem solução pode interessar ao estudioso, mas em nada ao leigo. Mas ao desmistificar a ciência torna assim ao aluno mais fácil o assimilar da produção do saber histórico congruente a ação investigativa.

Se tudo é fonte, pelo menos aos olhos de um historiador, um documento antigo (no sentido textual) pode acumular em si a polivalência do sentido de sua terminologia além de irradiar inúmeras opções de estudo e análise.

Os objetivos e as estratégias nesta monografia elencadas para tornar acessível a coleção de documentos cartoriais de São José de Mipibú – século XIX ao XX (1930) tem como prioridade quebrar uma restrição e possibilitar o monumento que este acervo é a todos que interessar.

⁸¹ MILLS, C. Wright. (1982). "Cap. 8 – Usos da História", in *A Imaginação Sociológica*, Rio de Janeiro: Ed. Zahar Editores, p. 156-178.

FONTES

BARROS, J. D'Assunção. *O Campo da História: Especialidades e Abordagens*. Petrópolis: Vozes, 2004.

Coleção de Documentos Cartoriais de São José de Mipibú – século XIX ao XX (1930).

CERRI, Luis Fernando. *Direto à fonte*. Nossa História.n.7, mai. 2004.

LE GOFF, J. *História e Memória*. 3ª ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994.

MONTEIRO, Denise Mattos. *Introdução à História do Rio Grande do Norte*. Natal: EDUFRN, 2000.

TRINDADE, S.L. Bezerra. *Introdução à do Rio Grande do Norte*. Natal: Sebo Vermelho Edições. 2007.

BIBLIOGRAFIA

- ACQUAVIVA, Marcus Cláudio, *Dicionário básico de Direito Acquaviva*. 4ª Ed. atual., rev. e ampl. São Paulo: Editora Jurídica Brasileira, 2001. p. 198.
- BARROS, J. D'Assunção. *O Campo da História: Especialidades e Abordagens*. Petrópolis: Vozes, 2004. p.35; p.55; p.60; p.125; p.153.
- BODEI, Remo – *A História tem um sentido?* Trad. de Reginaldo Di Piero. Bauru, SP: Edusc, 2001. p.32.
- BORGES, V. *O que é História*. São Paulo: Brasiliense, 1987. p.12.
- BURKE, P. (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo:UNESP, 1992. p. 6 ; p.10; p. 13; p.29; p. 37.
- CAIRE-JABINET, Marie-Paule. Introdução à Historiografia. Bauru: EDUSC, 2003. p. 11; p.100.
- CARDOSO, Ciro F.S. *Uma Introdução à História*. 4ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1984, p.109.
- CASCUDO, Luís da Câmara.*História do Rio Grande do Norte*. 2ª edição. Natal: Fundação José Augusto; Rio de Janeiro: Achiamé, 1984.p.64; p.113 – 144.
- COSTA, Janny Cibelly Silva. *Os inventários para a pesquisa Histórica*. Dez.,2003. Monografia (Curso de Licenciatura e Bacharelado em História) – UFRN, Natal.
- DRAY, William. *Filosofia da história*, Rio de Janeiro, Zahar, 1977. p.104.
- DOWBOR, Ladislau. *A formação do capitalismo dependente no Brasil*. Lisboa: Prelo, 1977, p. 103.
- FREIRE, Pedro. *História da Cidade de São José de Mipibú*. São J.S. de Mipibú. Disponível em: <<http://www.saojosedemipibu.rn.gov.br/historia.htm>>
- FINLEY, M. I. *Uso e abuso da história*. São Paulo: Martins Fontes, 1989. p. 13.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e Senzala*. 21ª edição. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1981. p.9; p.195.
- FREYRE, Gilberto. *Os escravos nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*. São Paulo: Nacional, 1979.
- HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p.32; p.36-37; p. 95.
- KURY, Mário da Gama. *Dicionário de mitologia grega e romana*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1999. p. 5.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 4ª Edição. Tradução de Bernardo Leitão. Campinas: Ed Unicamp, 1990. p. 17-18; p.535-549.
- LYRA, A. Tavares. *História do Rio Grande do Norte*. Natal: Nordeste Editora Gráfica. 1998. p.140.
- LEMOES, Carlos A.C. *O que é patrimônio Histórico*. São Paulo: Brasiliense, 1998 p.10.
- MARIZ, Marlene de Silva. *O Rio Grande do Norte e o descobrimento do Brasil*. In: *Terra potiguar: uma viagem pela beleza e pela cultura do Rio Grande do Norte*. Barcelona: Bustamante, 1999, p. 40-65.
- MEDEIROS, Tarcísio. *Aspectos Geopolíticos e Antropológicos do Rio Grande do Norte*.Natal: Imprensa Universitária, 1973. p.93.
- MILLS, C. Wright. (1982). “Cap. 8 – Usos da História”, in *A Imaginação Sociológica*, Rio de Janeiro: Ed. Zahar Editores, p. 156-178.
- MONTEIRO, Denise Mattos. *Introdução à História do Rio Grande do Norte*. Natal: EDUFRN, 2000.p.93. p.164; p.166. p.169; p.183 - 184.

PAES, Maria Helena Simões. *O ensino de História no 1º grau: o uso de documentos*. Cadernos CEDES, São Paulo, n.10, 1986. p. 48 – 52.

PRADO, Maria Ligia. *A Formação das Nações Latino-americanas*. 2ª edição. São Paulo: Atual; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1986. p.17.

RODRIGUES, José H. *A Pesquisa Histórica no Brasil*. 3 ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional/MEC, 1978, p. 21.

SUASSUNA, Luiz Eduardo Brandão (org.). *História do Rio Grande do Norte*. Natal: CDF Gráfica e Editora, 2002. p.45; p.82.

SOUZA, Laura de Mello e. *O diabo e a terra de Santa Cruz*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986. p. 33.

TÉTART, Philippe. *Pequena História dos Historiadores*. Bauru: EDUSC, 2000. p.17; p.94.

TRINDADE, S.L. Bezerra. *Introdução à do Rio Grande do Norte*. Natal: Sebo Vermelho Edições. 2007.p. 66; p. 71.

